



**INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO
CAMPUS SALGUEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

SAULO DE LIMA BEZERRA

**IMPACTO DO PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL NA APRENDIZAGEM
DISCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO DE CASO**

Salgueiro – PE
2023

SAULO DE LIMA BEZERRA

**IMPACTO DO PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL NA APRENDIZAGEM
DISCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Ricardo de Andrade Araújo



**INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO
PERNAMBUCANO**
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**



SAULO DE LIMA BEZERRA

**IMPACTO DO PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL NA APRENDIZAGEM
DISCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO DE CASO**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica ofertado pelo Campus Salgueiro do Instituto Federal do Sertão Pernambucano como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Defendido em 02 de Outubro de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo de Andrade Araújo
ProfEPT/IF Sertão-PE
Presidente da Banca

Prof. Dr. Francisco Kelsen de Oliveira
ProfEPT/IF Sertão-PE
Membro Interno

Prof. Dr. Alcidênio Soares Pessoa
IFSertão-PE
Membro Externo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B574 Bezerra, Saulo de Lima.

IMPACTO DO PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL NA APRENDIZAGEM DISCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO DE CASO / Saulo de Lima Bezerra. - Salgueiro, 2023.
102 f.

Produto Educacional (ProfEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, Campus Salgueiro, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo de Andrade Araújo.

1. Educação Profissional. 2. Ensino Técnico Integrado. 3. Retenção Escolar. 4. Aproveitamento Escolar. I. Título.

CDD 370.113

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, mapear os principais resultados do Plano de Estudos Individual (PEI) na aprendizagem e aproveitamento acadêmico dos estudantes do curso Técnico Integrado em Eletrotécnica do IFCE-Cedro, apontando assim os reflexos causados pela adoção desta prática na aprendizagem dos alunos. No Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará (IFCE), desde 2015, foi adotado este instrumento como uma ferramenta para tratar alguns casos de retenção escolar. Neste sentido, o PEI é uma novidade enquanto ferramenta para tratar situações relacionadas à retenção escolar, sendo o IFCE, pioneiro na sua utilização com esta finalidade no estado do Ceará. Observa-se que alguns autores se debruçam sobre o tema relacionado ao PEI e se percebe que outras instituições de ensino pelo mundo já o adotam, como podemos ver, por exemplo, em Nunes (2008), Teixeira (2012) e Vieira (2017), mas em sua maioria é adotado como alternativa para inclusão de alunos com algum tipo de déficit cognitivo ou mesmo pessoas com alguma síndrome do espectro autista, mas poucas o fazem como auxílio para os casos de retenção escolar, desta forma, para se chegar aos objetivos deste projeto foi feita a análise dos dados coletados em entrevistas com docentes e discentes do curso sobre a implementação e aplicação do PEI, bem como dados estatísticos obtidos junto a Coordenação de Controle Acadêmico (CCA) sobre o número de aprovações, retenções e destas últimas o quantitativo de alunos que são submetidos ao PEI. Após isto, apresentou-se um panorama de como esta prática tem refletido junto aos discentes do curso e por conseguinte produziu-se um manual com sugestões para a elaboração e execução do PEI, podendo assim motivar uma resposta pedagógica consistente com tal instrumento. A pesquisa foi de caráter qualitativo e se debruçou em um estudo de caso tendo como objeto, os atores que interagem no processo educacional do curso técnico integrado em Eletrotécnico do IFCE-Cedro.

Palavras-chave: Ensino Técnico Integrado; Retenção Escolar; Aproveitamento Escolar; Estudo de Caso.

ABSTRACT

This work aims to map the main results of the Individual Study Plan (PEI) in the learning and academic achievement of students of the Integrated Technical Course in Electrotechnics at IFCE-Cedro, thus pointing out the consequences caused by the adoption of this practice in student learning. At the Federal Institute of Education, Science and Technology of Ceará (IFCE), since 2015, this instrument has been adopted as a tool to deal with some cases of school retention. In this sense, the PEI is a novelty as a tool to deal with situations related to school retention, with the IFCE being a pioneer in its use for this purpose in the state of Ceará. It is observed that some authors focus on the theme related to the PEI and it is noticed that other educational institutions around the world already adopt it, as we can see, for example, in Nunes (2008), Teixeira (2012) and Vieira (2017) , but it is mostly adopted as an alternative for inclusion of students with some type of cognitive deficit or even people with an autistic spectrum syndrome, but few do it as an aid in cases of school retention, in this way, to reach the objectives. In this project, an analysis was made of the data collected in interviews with professors and students of the course on the implementation and application of the PEI, as well as statistical data obtained from the Coordination of Academic Control (CCA) on the number of approvals, retentions and of the latter the number of students who are submitted to the PEI. This was followed by an overview of how this practice has been reflected among the course's students and, as a result, a manual was produced with suggestions for drawing up and implementing the IEP, so as to be able to motivate a consistent pedagogical response with this instrument. The research was of a qualitative nature and focused on a case study having as its object, the actors who interact in the educational process of the technical course integrated in Electrotechnical at IFCE-Cedro.

Key Words: Individual Study Plan (IEP); School Retention; Student Success Rate; Case Study.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantas vezes você foi submetido ao PEI	40
Gráfico 2 – Você conhecia alguma prática similar ao PEI antes de vir estudar no IFCE	40
Gráfico 3 – Intenção de reprovar para ser submetido ao PEI	41
Gráfico 4 – Você considera o PEI uma forma mais fácil de concluir a disciplina	42
Gráfico 5 – O PEI contribuiu para assimilar o conteúdo	43
Gráfico 6 – Conhecimento prévio do PEI por parte dos docentes	44
Gráfico 7 - Orientação sobre implementação do PEI	45
Gráfico 8 – Dificuldades para implementar PEI	46
Gráfico 9 – Eficiência do PEI	47
Gráfico 10 – Viabilidade do PEI para a continuidade dos estudos preservando o caráter pedagógico	48
Gráfico 11 – O PEI é uma forma fácil de lograr êxito – Opinião Docente	49
Gráfico 12 – O PEI gera reflexos positivos no desempenho escolar	50
Gráfico 13 – Intencionalidade de reprovar – visão Docente	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado da busca na plataforma Scielo	15
Quadro 2 – Resultado da busca na plataforma Google Scholar	16
Quadro 3 – Relação de trabalhos selecionadis	16
Quadro 4 – Diários de PEI 2016	35
Quadro 5 – Diários de PEI 2017	36
Quadro 6 – Diários de PEI 2018.....	36
Quadro 7 – Diários de PEI 2019.....	36
Quadro 8 – Diários de PEI 2020.....	36
Quadro 9 – Diários de PEI 2021.....	37
Quadro 10 – Diários de PEI 2022.....	37
Quadro 11 – Média de Ocorrencias de PEI.....	38
Quadro 12 – Metodologias Aplicadas ao PEI	52
Quadro 13 – Materiais Utilizados na aplicação do PEI.....	53
Quadro 14 – Características dos encontros de PEI.....	54
Quadro 15 – Existencia de alunos que não eram identificados como candidatos ao PEI	57
Quadro 16 – Aspectos positivos e negativos do PEI na opinião docente.....	58

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do produto educacional	65
Figura 2 – Sumário do produto educacional.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCA - Coordenação de Controle Acadêmico

CEFET - CE - Centro de Educação tecnológica do Ceará

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Ceará

IFSertãoPE - Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Sertão Pernambucano

LDB - Lei de Diretrizes de Bases

PAI - plano de atendimento individualizado

PDI - plano de desenvolvimento individualizado

PEI - Plano de Estudos Individual

PPE - Progressão Parcial de Estudos

PROEN – Pró-reitoria de Ensino

PUD – Programa de Unidade Disciplinar

ROD - Regulamento de Organização Didática

SEBRAI Serviço de Apoio à pequena e Média Empresa

SENAR - Serviço nacional de Aprendizagem Rural

SENAT - Serviço Nacional do Transporte

SESCOOP - Serviço nacional de Apoio ao Cooperativismo

SETEC - Secretaria de Ciência e Tecnologia

TIC – Tecnologia de Informação e comunicação

UNED - Unidade de Ensino descentralizada

EJA - educação de jovens e adultos

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	12
1.1 – Motivação e Justificativa	12
1.2 - Objetivos	14
1.3 – Estrutura deste Trabalho.....	15
2 – REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 – Histórico da Educação Profissional no Brasil e sua relação com o estudo individualizado	19
2.2 – O plano de estudos individual	25
3 – METODOLOGIA	32
4 – RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	36
4.1 – Análise dos dados estatísticos da CCA.....	36
4.2 – Análise dos dados da pesquisa com os alunos.....	40
4.3 – Análise dos dados da pesquisa com os professores.....	44
4.4 – Análise dos dados da entrevista com os membros da CTP	61
5 – O PRODUTO EDUCACIONAL	66
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
APÊNDICES	79
ANEXO	101

1

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta tópicos sobre a problemática relacionada ao tema, bem como a motivação, a justificativa e os objetivos desta proposta de dissertação. Ao final é apresentada a estrutura de seus capítulos subsequentes.

1.1 Motivação e Justificativa

No ano de 2015 foi criado o novo Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFCE e nele foi instituída como política de Progressão Parcial de Estudos (PPE), além da dependência, o Plano de Estudo Individual (PEI). O PEI é um plano que tem por objetivo dar condições aos discentes que não tenham logrado êxito em até três componentes curriculares não atrasarem seus cursos podendo ter uma dinâmica de estudos diferenciada de acordo com suas necessidades e deficiências de aprendizagem. Esta política tem caráter inovador na realidade do IFCE, pois as práticas pedagógicas, até então como podíamos observar, ainda se baseavam em critérios generalísticos que não nos permitiam entrever as características individuais dos discentes, em contraponto a esta proposta.

Segundo IFCEEMNUMEROS (2021), desde o ano de 2015, ano de implantação do PEI, ingressaram 3105 alunos novos em todas as modalidades de ensino, em particular, o curso técnico Integrado em Eletrotécnica recebeu 227 novos alunos neste período, tendo atualmente 1373 alunos matriculados. Neste mesmo período temos um universo de 603 alunos com situação de reprovação em alguma disciplina do curso técnico integrado em eletrotécnica. Esta quantidade de alunos perfaz um total de 43,92% de alunos matriculados em todos os semestres e que durante seu caminho escolar acabaram por não obterem sucesso em alguma disciplina e encontram-se em alguma situação de retenção escolar cursando dependência, PEI ou mesmo totalmente retidos com prejuízo à conclusão de seu curso em tempo normal. No entanto a adoção dessa política levanta muitos questionamentos quanto a sua eficácia, quanto a maneira mais eficiente de implantá-la e efetuará-la, bem como quanto as motivações e possíveis consequências no que concerne o aproveitamento, o rendimento escolar e a aquisição consciente de conhecimento por parte dos alunos.

Sobre tais questionamentos, alguns autores tem se debruçado como podemos ver em Nunes (2008), Teixeira (2012) e Vieira (2017), entretanto, apesar de serem observadas diversas pesquisas relacionadas à PPE, existe uma lacuna sobre um entendimento concreto relacionado às metodologias de PEI, sobre sua eficácia e sobre as possibilidades de aplicação e implementação em escala de políticas pedagógicas permanentes na rede pública de ensino.

Os PEIs em muito se assemelham a propostas de estudos individualizados como afirma Costa e Chagas (1980) ao dizer que o ensino individualizado ou instrução personalizada tem recebido diferentes definições por parte dos autores. Sendo que, alguns o entendem como um programa de estudo individual, enquanto que outros o caracterizam como um sistema que ajusta a aprendizagem às características e necessidades do aluno. Logo, o PEI é uma modalidade anterior a nova Lei de Diretrizes de Bases (LDB) e que já recebia certa atenção por parte dos educadores, mas Pereira (2014) salienta que esta prática não é comum no Brasil e que por tal motivo há uma necessidade que sejam realizados estudos que possam avaliar sua efetividade nas escolas.

Para Bulhões (1992) o ensino individualizado é o atendimento das diferenças individuais dos alunos, levando-se em conta: seu ritmo de aprendizagem seus interesses e motivações, seus conhecimentos prévios, seus estilos de aprendizagem, e como se sabe que os indivíduos diferem entre si, bem como os alunos não aprendem no mesmo ritmo, o professor pode alternar técnicas de ensino em grupo com técnicas de ensino individualizado.

Por outro lado, Nunes (2008) afirma que uma realidade encontrada nessa situação é a de alunos que escolhem reprovarem em alguma disciplina em que se encontram com dificuldades para poderem fazer um estudo individualizado por considerarem uma forma mais fácil de lograr êxito nos estudos sem precisarem de tanto esforço ou estudo como na metodologia de ensino normal.

Diante do exposto, muitos questionamentos acabam por surgirem sobre a prática do PEI enquanto forma de PPE: Seria esta a forma mais viável de garantir a continuidade do estudo enquanto se preserva o caráter educacional pedagógico da aprendizagem? Quais as situações dos alunos que em algum momento do curso foram submetidos ao PEI? Há situações de alunos que escolhem reprovar numa disciplina para cursarem-na num PEI na tentativa de ter êxito de forma fácil? O PEI seria realmente uma forma mais fácil de lograr êxito nos componentes curriculares? Qual a realidade sobre esta prática do ponto de vista docente e discente? Esta ação está gerando algum reflexo positivo ou negativo no desempenho escolar dos discentes? Tais questionamentos se alinham com os objetivos específicos desta pesquisa.

Passados sete anos da oficialização desta política no ROD do IFCE, este é um período

propício para coletar informações que possam elucidar dúvidas e auxiliar o melhoramento deste processo, pois as turmas que ingressaram no IFCE-Cedro nos anos imediatamente posteriores a 2015 já teriam seus estudos concluídos e as consequências desta política poderão ser sentidas, racionalizadas e mensuradas em sua totalidade, além de que a utilização do PEI tem sido muito discutida no campus relacionado à sua eficácia, às dificuldades encontradas em alocação de horários e na formatação deste plano, entre tantas outras discussões que surgem devido a ser uma prática da qual os docentes não estão acostumados a lidar

Este trabalho nasce a partir destes questionamentos e se propõe a buscar responde-los, bem como criar novos questionamentos que possam vir sugerir modificações com o fito de melhorar esta prática, apontar forças e deficiências e mostrar se realmente o nível de compreensão e aprendizado dos discentes dos cursos técnicos e integrados do IFCE-Cedro e em particular dos estudantes do curso técnico integrado em eletrotécnica está sendo beneficiado com a utilização do PEI enquanto instrumento de progressão parcial de estudos.

Desta forma este projeto busca responder à pergunta: Como a adoção do PEI tem refletido na aprendizagem e aproveitamento acadêmico dos estudantes do curso Integrado em Eletrotécnica do IFCE – Cedro? Teve por base inicial um estudo bibliográfico e documental para embasar o conhecimento da literatura e o conhecimento legal no que tange as nuances desta ação para implementação de progressão parcial de estudos como está presente na lei nº 9.394, de dezembro de 1996 e foi de caráter exploratório a fim de obter os dados relacionados para se atingir o objetivo desta pesquisa.

1.2 Objetivos

O principal objetivo deste trabalho foi mapear os principais resultados do PEI na aprendizagem e aproveitamento acadêmico dos estudantes do curso Técnico Integrado em Eletrotécnica do IFCE-Cedro. Para alcançar este objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar dados relacionados à retenção de alunos no curso técnico em Eletrotécnica do IFCE – Cedro;
2. Sistematizar as formas de adoção do PEI e as metodologias de análises dos resultados da adoção do PEI na perspectiva do docente e da equipe pedagógica.
3. Conhecer os procedimentos pedagógicos e registros acadêmicos acerca da utilização do PEI;
4. Mapear as principais ações institucionais vinculadas ao PEI;

5. Avaliar os resultados apresentados por estudantes que foram atendidos institucionalmente pelo uso do PEI;
6. Elaborar um manual contendo ações de melhorias e/ou encaminhamentos para a metodologia dentro da abordagem e funcionamento do PEI já existente na instituição.

1.3 Estrutura deste Trabalho

A estrutura deste trabalho é composta por seis capítulos. No Capítulo 1 apresentamos uma introdução ao problema, bem como é apresentado os objetivos e motivações deste trabalho. No capítulo 2 é explicitado o estado da arte em relação à história da EPT, suas relações com o Estudo Individualizado e o próprio PEI. No capítulo 3 é apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa. No capítulo 4, seguinte, temos os resultados e discussões com a apresentação dos dados coletados e as considerações inerentes aos mesmos dados. No capítulo 5 é apresentado o produto educacional gerado a partir das observações que foram feitas acerca do PEI e sua aplicação na instituição. Por fim, no capítulo 6 temos as considerações finais sintetizando os principais resultados obtidos durante a pesquisa seguido pela relação das referencias bibliograficas, apendice e anexos, nesta ordem.

2

REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo tem como principal objetivo apresentar a Revisão da Literatura que deu suporte a esta dissertação de mestrado. Iniciamos traçando uma análise histórica da Educação Profissional no Brasil, desde seus primórdios com a criação das primeiras escolas técnicas até os dias atuais. Essa abordagem é fundamental, pois acreditamos que ela é essencial para uma compreensão mais abrangente da adoção do PEI no contexto da Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Posteriormente, discorreremos sobre o Plano Educacional Individualizado, reconhecendo-o como um instrumento crucial no combate à retenção e ao atraso escolar no âmbito do IFCE. Enfatizamos a importância dessa abordagem personalizada para atender às necessidades específicas de cada aluno, proporcionando um ambiente educacional mais estimulante.

Para elaboração desta revisão fez-se necessário uma extensa pesquisa sobre o tema nos repositórios acadêmicos “Google Scholar” e “Scielo” de forma a conhecer o estado atual de estudos referentes ao PEI e suas particularidades. Foram adotados como chave de busca os termos “Plano de Estudo Individualizado”, “Plano de Estudo Individualizado + educação”, “Plano de estudo individualizado”, “Plano de estudo individual + educação”, “Plano de estudo individual”, “Programa de estudo individualizado + educação” e “Programa de estudo individualizado”. Apesar da pequena diferença semântica entre os termos, foi necessário tal aplicação para que os motores de busca pudessem ser mais eficientes. A adição do termo educação foi utilizado para linkar as pesquisas relacionadas com a área da educação, haja vista que observou-se na primeira busca sem este termo que houve retorno de muitos artigos relacionados à área de saúde, mas sem contextualização pedagógica. Também foram utilizados os mesmos termos na língua inglesa de forma que também a literatura internacional de relevância pudesse estar substanciada nos resultados. Após a efetivação da busca, obteve-se os seguintes resultados na plataforma Scielo:

Quadro 1 - Resultados da busca na plataforma Scielo

Termo pesquisado	Publicações em todos os anos	Publicações nos últimos 5 anos
Plano de estudo individualizado	11	10
Individualized study plan	40	26
plano de estudo individualizado + educação	11	10
Individualized study plan + education	0	0
plano de estudo individual	115	41
Individual Study Plan	224	95
plano de estudo individual + educação	115	41
Individual Study Plan + Educations	0	0
programa de estudo individualizado	20	9
individualized study program	68	0
programa de estudo individualizado + educação	0	0
individualized study program + education	0	0

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Já a busca efetuada na plataforma google Scholar gerou o seguinte resultado:

Quadro 2 - Resultados da busca na plataforma Google Scholar

Termo pesquisado	Publicações em todos os anos	Publicações nos últimos 5 anos
Plano de estudo individualizado	17	6
Individualized study plan	257	66
plano de estudo individualizado + educação	16	6
Individualized study plan + education	255	66
plano de estudo individual	75	25
Individual Study Plan	1140	348
plano de estudo individual + educação	73	25
Individual Study Plan + Educations	1100	334
programa de estudo individualizado	10	6
individualized study program	178	17
programa de estudo individualizado + educação	10	6
individualized study program + education	156	14

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Após a realização da busca foi feita uma leitura prévia dos resultados a fim de sistematizar aqueles que mais se adequem ao escopo deste trabalho. Após esta leitura observou-se que os seguintes trabalhos estavam mais adequados ao direcionamento desta pesquisa e foram relacionadas como parte importante do referencial que norteou o percurso de desenvolvimento deste trabalho:

Quadro 3 – relação de trabalhos selecionados

Título	Autor	Síntese
Atendimento Educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano de ensino individualizado: Desdobramentos de um fazer pedagógico.	BRAUN e VIANNA	Aplicação de PEI para alunos da educação especial nas salas de recursos multicunacionais
estudo individualizado: Uma Experiência com o	BULHÕES	Relato de uma experiencia de ensino

método Keller em cursos de graduação na UFRN.		individualizado na UFRN utilizando o método Keller
Diálogos entre o currículo e o planejamento educacional individualizado (PEI) na escolarização de alunos com deficiência intelectual	CAMPOS, E. C. V. Z.	Análise da elaboração e implementação de um PEI para alunos com deficiência intelectual da rede municipal de ensino de Nova Iguaçu - RJ
Formação Continuada e intervenções pedagógicas: Ensino e Aprendizagem na Escola Estadual Ivone Borkowski de Lima.	COUTO et al,	Análise das práticas pedagógicas utilizadas por docentes de uma escola no campo a partir do projeto de formação continuada.
Caso Escola Alexandre Bacchi. As contribuições do paradigma da educação inclusiva nas práticas de sala de aula.	GALERY e ALONSO	Estudo de caso sobre práticas de educação inclusiva utilizando métodos de estudos individualizados.
Plano Educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente.	GLAT, VIANNA e REDIG.	Apresenta uma experiência de formação docente e continuada onde se propõe formulação de PEIs como estratégia diferenciada de organização da matriz curricular para a inclusão.
Education for persons with special educational needs act,	IDEA	Projeto de lei norte americano para trazer provisões para a educação de pessoas com deficiência, para que tenham o mesmo direito de aproveitar e se beneficiar de uma educação apropriada, tal como os seus pares que não têm deficiência e as auxiliarem a saírem da escola com as competências necessárias para participar, ao nível das suas capacidades, de forma inclusiva nas atividades sociais e económicas da sociedade e viver uma vida independente e realizada
Equidad Educativa y Desigualdad Social: desafios de la educación en el nuevo escenario latinoamericano.	LOPEZ	Trata da importância de ações educacionais e pedagógicas diferenciadas para garantir o bem estar social diante dos desafios da desigualdade social vivida pelos povos latinoamericanos.
Plano educacional individualizado: a colaboração docente como processo, a aprendizagem e a inclusão escolar como propósito	MELLO,	Desenvolvimento de um protocolo de construção colaborativa do PEI como instrumento potencializador da aprendizagem de estudantes com deficiência na escola regular.
A Máscara da Inclusão: Um estudo sobre a progressão parcial como política de Inclusão Social.	NUNES	Investigação realizada no cenário escolar acerca da implementação da Progressão Parcial em classes de 5ª a 8ª séries, visando promover a inclusão e procurando entender os efeitos dessa política educacional na aprendizagem dos alunos e seus reflexos na inclusão ou exclusão escolar
Análise dos Efeitos de um plano Educacional Individualizado no Desenvolvimento Acadêmico e Funcional de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo.	PEREIRA	Desenvolvimento de um instrumento que favorecesse a inclusão acadêmica de um educando com autismo por meio de procedimentos que pudessem, simultaneamente, dar poder ao professor.
A reprovação e seus fatores no primeiro ano dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora.	SOUZA	Estudo de caso que analisou os fatores relacionados às reprovações no primeiro ano dos cursos técnicos integrados ao ensino médio no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora a partir da percepção dos atores escolares e realizou um diagnóstico dos fatores que ocasionam as retenções, além de propor

		ações voltadas para o problema do baixo rendimento e consequente retenção escolar.
Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países.	TANNÚS-VALADÃO e MENDES	Traça-se um panorama histórico acerca do conceito de plano educacional individualizado - PEI, apontando as consequentes mudanças nas práticas nele estabelecidas em decorrência da segregação e da inclusão escolar e apresenta-se uma análise da legislação sobre PEI e dos modelos de execução desse tipo de planejamento em países, a saber: França, Itália, Estados Unidos e Brasil.
A progressão parcial no ensino de Química (Noturno) e o uso das novas tecnologias da comunicação e da informação (TIC).	TEIXEIRA e GUACHE	Analisa a utilização de TIC's como ferramenta para auxiliar nos programas de progressão parcial de estudos referentes a disciplina de química.
Plano Educacional Individualizado- que ferramenta é esta?	VIANNA, SILVA e SIQUEIRA	Relato de experiências com a intenção de apresentar o percurso de análise teórica em diálogo com situações práticas escolares, que envolvem a concepção de planos educacionais individualizados para alunos com necessidades educacionais especiais, em específico, crianças e jovens com deficiência intelectual
Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE.	VIEIRA, GALLINDO, e CRUZ	Plano Estratégico do IFCE que visa compreender a contensão da evasão escolar como uma política institucional necessária à melhoria da qualidade educativa, mapear as causas e motivos que levaram os alunos a se evadirem e propor ações de redução da taxa de evasão, incentivar a reitoria e os campi quanto ao desenvolvimento de propostas educacionais inclusivas, controlar, acompanhar e conter a evasão estudantil e sugerir intervenções que possam atenuar essas situações ou até resolvê-las.

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Além destes textos, foram utilizados outros que se relacionam indiretamente com a temática, mas que também contribuem para a formatação deste trabalho. Estes textos, assim como todos os trabalhos acima citados estão devidamente listados na referencia bibliográfica.

2.1 Histórico da Educação Profissional no Brasil e sua relação com o estudo individualizado

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB preconiza que a EPT integre-se aos diferentes níveis e modos de educação a igualmente às dimensões inerentes ao trabalho, ciências e tecnologia (Brasil, 1996). Nesse âmbito, a EPT abrange, ainda segundo a LDB, a

formação inicial e continuada ou qualificação profissional, a educação de nível médio de caráter profissional técnico e a educação profissional tecnológica a nível de graduação e pós-graduação.

A EPT acompanha o ser humano desde tempos remotos, como afirma Vieira (2016), A educação profissional que conhecemos hoje teve sua consolidação a partir do final do século XVIII, com a ocorrência da Revolução Industrial na Inglaterra. Esse período marcou uma significativa transição para novos processos de manufatura, onde a produção artesanal foi substituída pela produção automatizada por máquinas. Essa transformação impulsionou a necessidade de formar trabalhadores qualificados para operar e gerir essas novas tecnologias industriais, impulsionando o surgimento e desenvolvimento das primeiras escolas técnicas e de formação profissional, Haja vista que Manacorda (1995) condesava que “A mão-de-obra precisava ser capaz de atender à demanda emergente, ou seja, de servir à maior produção de bens para o consumo”. Assim, a Educação Profissional foi gradualmente se estruturando para atender às demandas do mercado de trabalho em constante evolução, preparando profissionais capacitados para enfrentar os desafios da revolução tecnológica e industrial da época.

No Brasil, esta formação para o trabalho se observa desde o início do período da colonização com o público alvo formado por índios e escravos, haja vista que à elite era ofertada a educação de caráter acadêmico. Durante este período colonial inicial eram ensinados os ofícios artesanais e manufatureiros como carpintaria, serralheria, tecelagem, construção, entre outros, mas durante o ciclo do ouro surge a necessidade de um ensino mais especializado devido a criação das casas de fundição e da moeda, este ensino era destinado agora aos filhos de homens brancos que fossem empregados das casas. Durante esta mesma época são criados os centros de aprendizagem de ofício nos arsenais da marinha (Brasil, 2009). Entretanto, o Alvará de 1785, proibindo a existência de fábricas no país estagnou o crescimento tecnológico e conseqüentemente a evolução da educação profissional, realidade que dura até 1808 com a vinda da família real para o Brasil.

Para Vieira (2016), o período imperial trouxe relevantes contribuições à educação profissional como a criação do Colégio das fábricas, as casas de Educandos Artífices e principalmente os Liceus de Artes e Ofícios. Com o fim do Império no golpe militar de 1889 inicia-se a república e nela permanece a preocupação com a educação profissional que se consolida em 1909 quando, segundo Brasil (1909) o presidente Nilo Peçanha assina o decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909 criando em cada capital dos estados da república uma Escola de Aprendizes Artífices. Kuenzer (2007) destaca que estas escolas, criadas num período

em que praticamente inexistia o desenvolvimento industrial no país, tinha “a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”, o que acaba por caracterizar este ato como uma política pública de formação pelo trabalho.

Uma primeira mudança ocorre ainda em 1937, alguns anos após o início da industrialização do país, quando a Lei nº378 transforma as escolas de aprendizes e artífices nos liceus profissionais e até então, maior parte dos cursos ofertados eram de tornearia, mecânica, eletricidade e oficinas de artes decorativas e carpintaria. Na reforma de Capanema, através do decreto nº4.422 Promulgado em 1942, ocorre uma remodelação do ensino no país e nessa nova estruturação do ensino, foram implementados os cursos médios de 2º ciclo, tanto científico quanto clássico, com duração de três anos. Escott & Moraes (2012) nos mostra que o principal objetivo desses cursos era preparar os estudantes para ingressar no ensino superior. Paralelamente, a educação profissionalizante, situada na etapa final do ensino secundário, abrangia os cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. Esses cursos tinham a mesma duração do colegial, porém não habilitavam os alunos a ingressarem no ensino superior. Essa configuração do sistema educacional buscava oferecer alternativas para os estudantes, permitindo-lhes escolher entre seguir uma formação acadêmica voltada para a universidade ou optar por uma formação profissionalizante para ingressar no mercado de trabalho diretamente após a conclusão do ensino médio. Foi também neste mesmo ano que a Lei 4127/42 é assinada extinguindo os liceus industriais e constituindo as escolas técnicas, industriais, artesanais e de aprendizagem. É, também, a partir do de 1942 que surge o sistema S4 composto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI), o que traz um grande impulso para a educação profissional.

Escott e Moraes (2012) falam que com a revolução civil de 1964 ocorre a assinatura da lei nº5692/71 (Brasil, 1971), reformulando o ensino e tentando impor o ensino médio profissionalizante a todos, entretanto este objetivo não se consolidou e após o fim do regime militar novas mudanças ocorrem, sendo que o primeiro impacto de mudanças advem da criação do Serviço nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional do Transporte (SENAT), Serviço nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e o Serviço de Apoio à pequena e Média Empresa (SEBRAE) todos em 1990. Alguns anos depois, em 1996 é assinada a LDB que passa a chamar a educação profissional como Educação Profissional e Tecnológica - EPT, com o objetivo não apenas de renomear esta modalidade educacional, mas também de

redimensionar, integrar e intitucionalizar as diversas ações da educação profissional técnica de nível médio, a educação profissional e tecnológica e a educação de jovens e adultos – EJA.

Em 1997 ocorre a assinatura do decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997 que regulamenta a EPT e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP como uma forma de promover a modernização e a expansão da educação profissional fortalecendo a visão dualística da educação como propedeutica e tecnológica (Brasil, 1997). Segundo Vieira (2016), esse decreto sofreu à época diversas críticas, pois há muito se combatia essa visão dualística da educação, haja vista que já havia um movimento entre os educadores em prol de uma visão de uma educação integral. Em um movimento de avanço do PROEP, em 2005, há a assinatura de dois decretos importantes. O Primeiro seria a lei nº 11195 (Brasil, 2005) que lança a primeira fase do plano de expansão da rede federal de EPT iniciando a construção de 64 novas unidades de ensino pelo país e o decreto nº 5622 de 19 de dezembro de 2005 que insere a educação à distancia como uma metodologia dentro da EPT.

A segunda fase da expansão ocorre em 2007 quando, segundo Brasil (2009) há o objetivo de entregar 150 novas unidades até o final de 2010 para perfazer um total de 354 unidades de ensino, de forma a cobrir todas as regiões do país. Logo após iniciar a segunda fase do PROEP, em 2008, é assinada a lei nº 11741/2008 que determina a abrangência dos cursos referentes à EPT, sendo eles:

“ I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós graduação; (Brasil, 2008, s.p)”

Neste contexto, percebe-se que existe uma diferenciação da EPT em relação tanto a educação formal quanto à não formal, tornando-a uma terceira via no processo de desenvolvimento educacional, inclusive dando os formatos para os cursos técnicos de nível médio que são: integrado (Médio e técnico num único curso), concomitante (Médio e técnico em cursos distintos, mas ao mesmo tempo) e subsequente (formação profissional obtida após o ensino médio).

A criação dos institutos Federais de Educação, em 2008, através da lei nº 11892 traz uma nova perspectiva para o desenvolvimento da EPT trazendo para estas instituições, conforme afirma Pacheco (2010), um conceito de autonomia que pressupõe a liberdade de ação, a possibilidade de autogestão, autogoverno e autonormação. Abre-se a prerrogativa para criação

e extinção de cursos, bem como a emissão de diplomas e a equiparam às universidades federais, tendo agora sobre si a incidência das regulações que regem a avaliação e supervisão das instituições, bem como dos cursos de educação superior.

Em 2011, observa-se outro avanço no sentido da integração e expansão do ensino da EPT. Em Brasil (2011) ocorre a assinatura da Lei nº 12513 instituindo o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC que aumenta a oferta de cursos da EPT e que logo mais, em 2013, é alterada pela Lei nº 12816/2013 que amplia dentro do PRONATEC os ofertantes e beneficiários da bolsa-formação estudante que é paga aos discentes que participam do programa.

O MEC, em 6 de junho de 2012, como forma de regulamentar e normalizar a criação de cursos, lança o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) trazendo treze eixos tecnológicos que devem ser utilizados para a criação e normalização dos cursos da EPT. De acordo com Brasil (2012), estes eixos ficaram definidos como: ambiente e saúde; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social; gestão e negócios; informação e comunicação; infraestrutura; militar; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial; recursos naturais; segurança; turismo; hospitalidade e lazer.

Observa-se que a EPT evoluiu durante estes anos todos sempre participando do desenvolvimento histórico da realidade técnico-profissional do país e hoje percebe-se que ela assume um papel altamente estratégico para contribuir no desenvolvimento nacional ao servir como opção de base de formação para um público diversificado e de áreas de atuação igualmente diversas. E para manter-se coerente com os objetivos da EPT é importante observar metodologias e estratégias que fortaleçam o fazer pedagógico e a evolução do aluno em busca de seu protagonismo.

O pensar pedagógico na EPT está ligado intrinsecamente com as relações de autonomia do estudante, como nos fala Pacheco (2010) que para lidar com o conhecimento de forma integrada e verticalizada, como é o desejado na EPT, é essencial uma nova postura que supere o modelo hegemônico disciplinar. Isso requer um educador reflexivo e criativo, que promova transposições didáticas contextualizadas para construir a autonomia dos educandos. Esta afirmação leva a reflexão de quais modelos e metodologias podem ser buscadas para alcançar tais objetivos e vemos que o PEI se enquadra dentro de estratégias que necessitam da reflexão e da transposição didática necessária para auxiliar na formação do discente.

Para Quintino (2021), a premissa da educação integral está pautado na gestão

democrática e no incentivo ao protagonismo estudantil e a utilização de metodologias como o PEI, além da elaboração de projeto de vida, entre outros, contribuem para que isto ocorra. A educação integral já vem sendo pautada em discussões sobre a educação e dentro da realidade da EPT observa-se que esta discussão se aprofunda pensando nas necessidades reais de aprendizagem e desenvolvimento discente o que já denota o caráter personalizável da educação com este objetivo.

A utilização dos planos personalizados de estudos é tido como uma estratégia para capturar a atenção dos estudantes do ensino médio, como afirma Dal Moro (2017) e muitas plataformas de ensino on-line já utilizam esta estratégia em seus sistemas nomeando-os, inclusive, como PEI e com o objetivo de auxiliar no aumento de desempenho dos estudantes. Percebemos que a preocupação da individualização de estudos já se encontra inserida dentro da realidade até de plataformas digitais dirigidas ao ensino médio. E neste contexto, percebemos que a EPT hoje se insere dentro deste cenário quando oferece a modalidade de ensino médio-técnico integrado, precisando reforçar, criar ou utilizar estratégias diferenciadas para obter sucesso no processo educacional.

O Ensino Individualizado é considerado por Barbosa & Moura (2013) como uma metodologia ativa e incentiva seu uso na EPT onde chegam a afirmar em seu livro “Metodologias Ativas de Aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica” que o ritmo de trabalho de cada aluno deve sempre ser respeitado e levados em conta no processo educacional, haja vista que cada aluno tem seu próprio ritmo e que programas rígidos, sem espaços para as diferenças individuais são contrários ao interesse da EPT em desenvolver, entre tantas características, a criatividade e o protagonismo.

As habilidades que extrapolam o simples conhecimento técnico, objetivo principal da EPT, mas que estão sempre ligadas à aprendizagem profissional, principalmente quando se fala no ensino médio, tem uma maior chance de serem alcançadas, nas palavras de Cabaço (2015) com a utilização do ensino individualizado que respeita a velocidade de aprendizagem do aluno, ao mesmo tempo que execulta a promoção de conhecimentos e habilidades novas, tais como a autoconfiança e o aperfeiçoamento de processos cognitivos. Entretanto, Cabaço (2015) ainda afirma que a utilização do PEI nessa modalidade de ensino deve estar vinculada a preocupação de não se perder o sentido claro da pertença ao grupo, à sala ou à turma original do estudante.

2.2 O Plano de Estudos Individual - PEI

De acordo com a literatura, observa-se que a preocupação com os índices de evasão e retenção são pautas constantes nas discussões sobre medidas educacionais, estratégias e metas. Segundo Haddad (2002), a evasão e a repetência se apresentam como problemas educacionais generalizados. E ainda complementa que suas razões se relacionam a múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica e à ausência de metodologias de ensino que incorporem e articulem os conhecimentos dos quais os alunos são portadores. (Haddad, 2002). Em consonância com esta visão, Sousa (2016) comenta que a retenção não é um resultado único e objetivo, mas que esconde muitas variáveis qualitativas que se relacionam com diversos atores educacionais (Professores, gestores, cultura familiar, aluno). Para que se faça frente a esses problemas Souza (2016) afirma que é necessário haver uma mudança de paradigmas quanto ao tema reprovação e que esta mudança é um verdadeiro desafio a nível nacional quando se observa os índices de reprovação em todo percurso histórico das escolas.

Vieira et. al. (2017) afirma que houve um processo de expansão e interiorização do ensino profissional nos últimos dez anos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para alcançar a democratização da oferta dessa modalidade de ensino no Brasil. Entretanto, os índices de evasão e retenção acadêmica têm sido significativos, fato este que contraria a universalização do acesso à educação, bem como a garantia da permanência dos discentes. Seguindo esta visão, Souza (2016) corrobora que a os níveis de reprovação no nível médio nas instituições públicas é muito alta e por esse motivo reverbera a necessidade de que sejam efetuadas demanda políticas de combate ao fracasso. Quando se leva para o nível federal temos então que estes índices são tendencialmente mais elevados, entretanto, devido ao alto grau de seletividade destas instituições que normalmente selecionam seus alunos através de algum tipo de avaliação, não costuma apresentar índices tão altos de evasão quanto em outras instituições públicas.

A equidade é uma das características relativas às políticas educacionais que são defendidas pelo ministério da educação e sobre isto, Baye e Crahay (2013) comentam que a repetência e a evasão costumam afetar em maior grau os alunos menos favorecidos e por isto é importante refletir sobre a forma que a escola está sendo justa e eficaz, bem como se a condição socioeconômica seria uma das razões destes fracassos ou se mesmo a própria organização escolar põe esse público estudantil em situação de desvantagem.

Ainda nesse contexto, Lopes (2005) afirma:

“A definição de equidade educativa a partir da busca da igualdade nos resultados educativos e nas oportunidades a uma educação superior pressupõe assumir e promover um conjunto de desigualdades, legitimadas a partir da adoção do princípio de equidade. Em primeiro lugar, implica promover diferenças no acesso das crianças, por exemplo, incentivando uma incorporação mais precoce para aqueles que provêm de setores sociais mais excluídos. Em segundo lugar, o tratamento que as crianças e adolescentes devem receber ao longo de toda a sua trajetória educativa também deverá ser diferente, a partir do reconhecimento das particularidades de cada um dos cenários sociais dos quais provêm os alunos de cada escola (López, 2005, p. 79).”

Em 2014 a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SETEC) lançou o Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, onde explicitam diversos fatores que impulsionam a evasão e retenção escolar e afirma que:

“Embora os fatores individuais e os externos estejam ligados a circunstâncias em que a intervenção é dificultada por aspectos próprios, as instituições de ensino devem se comprometer a buscar medidas que contribuam com a solução ou mitigação dessas questões. (Brasil, 2014, p.20)”

Por conseguinte, a lei nº 9.394, de dezembro de 1996 estabelece que instituições que adotam a progressão regular por série podem admitir formas de PPA, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (Brasil, 1996, p.18) ao mesmo tempo que o ROD (2015) na Seção VI artigos 115 e 117 estabelece a adoção de regime de PPA na forma de dependência ou PEI para os alunos retidos em até dois componentes curriculares. A forma de PPA, a qual o estudante deverá ser submetido, é definida pelo docente do componente curricular, em conjunto com o coordenador do curso e o conselho de classe, conforme norma estabelecida no artigo 34 da resolução CONSUP nº 035, de 13 de junho de 2016. Esta definição é formalizada levando-se em conta o processo de evolução do estudante, observado durante todo o período letivo, bem como as dificuldades apresentadas pelo discente. (ROD, 2015). Em 2021, o CONSUP promoveu uma alteração no ROD através da Resolução nº 35, de 14 de junho de 2021 que impactou na forma que o PEI deveria ser ofertado, pois a partir de então o discente submetido ao PEI cursará até 30% do total da carga horária do componente curricular, no qual ocorreu a reprovação no período letivo anterior, sendo detalhado em um plano elaborado e orientado preferencialmente pelo mesmo professor do componente cursado. Anteriormente o texto contemplava a obrigatoriedade do docente que ministrou originalmente a disciplina ser o mesmo que elaboraria o PEI.

Quanto a esta prática Tannús-Valadão e Mendes (2018) afirma que o planejamento Educacional Individualizado, instrumento similar ao PEI, mas com nomenclatura diferente, é

um dispositivo legal que acompanha todo percurso escolar de estudantes que apresentem deficiência nas instituições de ensino comuns utilizado em diversos países europeus como França, Suíça, Itália, Alemanha, entre outros e também nos Estados Unidos. Embora a nomenclatura possa ser diferente em cada país, seus objetivos e estruturas são semelhantes. Entretanto, no Brasil não existe ainda uma regulamentação a nível nacional que torne obrigatório a utilização do PEI, mas a LDB orienta sobre a importância da individualização do ensino e que os sistemas de ensino devem providenciar ajustes necessários no contexto escolar para atender as necessidades dos alunos (Brasil, 1996). Sobre a individualização, Pereira (2014) orienta que a mesma não se trata de segregação do ensino ou da criação de um currículo a parte, mas de transpor as estratégias vinculadas ao ensino e à aprendizagem de forma que as necessidades educacionais individuais de cada sujeito possam ser atendidas de forma coerente e Tannús-Valadão e Mendes (2018) salienta que planejar personalizadas a educação é algo que nasce com a própria educação ocidental, sendo identificadas metodologias de ensino personalizado dentro do movimento da Escola Nova, no final do século XIX, de forma que tal prática pode se configurar, inclusive, como uma evolução nos métodos educacionais.

Contudo, a maioria destas práticas executadas em diversos países tem caráter inclusivo voltado principalmente para a educação especial, como podemos observar nas leis criadas nos Estados Unidos e Itália, como a PL nº 101.476 Ato Educacional para Indivíduos com Deficiência (Idea, 1990) e a lei nº 104 (Itália, 1992). E de forma similar na França onde foi promulgada a garantia de PEI para todos os alunos da educação especial do país por meio da lei nº 102 de 2005 (França, 2005), de forma que experiências de utilização do PEI fora da educação especial são muito escassas e pouco documentadas.

A partir dos anos 2000, no Brasil passaram a serem adotadas leis estaduais e municipais com o fomento da utilização do PEI em suas instituições de ensino, assumindo também outras nomenclaturas tais como plano de desenvolvimento individualizado — PDI e plano de atendimento individualizado — PAI, o que apresentou um reforço na concepção de trabalhos educacionais planejados para a individualidade para organizar e otimizar o percurso educacional dos estudantes (Tannús-Valadão e Mendes, 2018). Segundo Mello (2019), é possível destacar que todos eles, independente de nomenclatura, têm grande preocupação com a identificação das necessidades educativas como forma de avaliar o potencial do estudante, então, planejar estratégias de intervenção pedagógica que interfiram diretamente no processo de ensino e aprendizagem do estudante. Neste âmbito, Glat, Viana e Redig (2012) define o PEI como um registro avaliativo escrito que deve ser formulado em equipe com o objetivo de

encontrar respostas educativas adequadas para necessidades específicas durante o processo de escolarização de alunos que necessitem de caminhos alternativos para obter sucesso na aprendizagem.

Desta forma o PEI é um excelente instrumento educacional, pois como relata Vianna, Silva e Siqueira (2011), nele poderão ser traçadas as estratégias de intervenção que melhor se adequem ao aluno, pois neste instrumento estarão apresentadas informações sobre o desenvolvimento do estudante, suas potencialidades e dificuldades sendo uma promissora alternativa ao oferecer, de forma clara, parâmetros a se atingir com cada aluno sem que isto seja encarado como algo na contramão das propostas curriculares do curso que o aluno está inserido, além do que, segundo Braun e Viana (2011) esta prática ajuda o professor a conhecer melhor o seu aluno enfatizando o que ele sabe, o que precisa aprender emergencialmente, como será ensinado, que recursos devem ser utilizados e como melhor avalia-lo, pois como afirma Galery e Alonso (2012), o PEI detecta o que o aluno já sabe fazer e o que ele ainda vai poder mostrar como caminho de crescimento, desta forma observa-se que este instrumento tem um enorme potencial de contribuição para a aprendizagem do aluno e também para as metodologias docentes. Mello (2019) nos fala que:

“O PEI se trata, outrossim, de uma prática curricular que não pode estar desvinculada das demais práticas curriculares da escola, pois, na perspectiva da abordagem histórico-cultural, se expressa como produto de um processo de objetivação da cultura, e do compartilhamento das ações individuais e, portanto, se define por uma prática coletiva, histórica e cultural pensada a partir do contexto do sujeito para quem e com quem se planeja. (Mello, 2019)”

E ainda pode-se completar e ratificar tais conclusões com as definições dadas por Tannús-Valadão e mendes (2018) quando dizem que o PEI é ao mesmo tempo:

- “• Um documento redigido, uma espécie de contrato, que descreve o programa educacional em termos de serviços demandados por um estudante em particular, tomando como base avaliações aprofundadas dos pontos fortes do aluno e de suas necessidades e que afetam a habilidade ou comportamento do aluno para aprender e para demonstrar a aprendizagem;
- um registro das diferenciações individualizadas que serão necessárias para ajudar o estudante a alcançar expectativas de aprendizagem para ele estipuladas;
- um documento norteador do trabalho educacional que identifica como as expectativas de aprendizagem podem ser alteradas, levando-se em consideração as necessidades do aluno, o currículo padrão e a identificação de metas alternativas nas áreas de programas, caso necessário;

- um registro dos conhecimentos e das habilidades específicas do aluno e que permite identificar o repertório de partida, acompanhar a evolução em direção às metas e traçar novos caminhos, se determinado programa não estiver permitindo atingir as metas estabelecidas para o estudante;
- um instrumento que permite prestar contas para o aluno, para seus pais e/ou representantes legais e para todos aqueles que têm responsabilidades para que os objetivos da educação sejam cumpridos. (Tannús-Valadão e mendes, 2018)”

Entretanto, devemos salientar que mesmo a obrigatoriedade de se utilizar o PEI, não irá garantir a efetividade do uso deste instrumento, pois como observamos em Nunes (2008), a implementação da PPE se constitui num desafio enorme para os docentes, visto que depende da diferenciação da postura adotada nas práticas pedagógicas e em certo modo a individualização dos ritmos de aprendizagem para que aqueles discentes que necessitam entrar neste regime possam compensar as defasagens acumuladas no período anterior. Sobre esta postura podemos observar que Braun e Vianna (2011) afirmam que as perspectivas pedagógicas interacionistas, que tem Piaget e Vigotski na vanguarda de referência, são baseadas na construção do conhecimento, e os discentes são sujeitos ativos neste processo por meio de interação, interlocução, medição simbólica e utilização de diferentes linguagens, conseguem chegar aos objetivos de aprendizagem. Tais perspectivas são urgentes em fazer parte dos debates e dos planejamentos, haja vista que toda opção teórica do docente irá interferir diretamente em sua condução de sala de aula. Em consonância a esta visão Pacheco et al. (2007) afirmam:

“A natureza prática de um PEI depende tanto do ajuste educacional quanto de sua conexão ao trabalho geral da turma. As necessidades individuais do aluno são a base para a elaboração de um PEI, que é um esboço dessas necessidades e de como elas devem ser atendidas, assim como a priorização das tarefas e os modos de avaliação. É uma preparação que exige a colaboração de muitas pessoas. (Pacheco, et al. 2007)”

Outro fator muito relevante, ainda segundo Nunes (2008), é a inviabilidade de dispor de recursos humanos para as atividades relacionadas a progressão parcial, pois os mesmos docentes que geralmente estão com suas cargas horárias de trabalho já preenchidas normalmente, terão agora que submeter-se a um possível aumento desta carga de trabalho com esta demanda nova que não será apenas de aulas e correções de atividades, mas de planejamento, preenchimento de relatórios de acompanhamento e muito trabalho burocrático que na maioria das vezes não dão respostas ao efetivo aproveitamento dos conteúdos.

No âmbito formativo docente temos outro desafio, haja vista que muitos docentes não se sentem devidamente preparados para utilizarem o PEI. Couto et al. (2020) reflete sobre esses desafios e afirma que acontecem diversas questões no cotidiano escolar que interferem no desenvolvimento do trabalho pedagógico, isso exige que o professor também esteja em constante aprendizado e complementa com a afirmativa de que não basta concluir a formação inicial e obter um título, é preciso se manter em formação. Levando-se em conta Freire (2017) quando fala que o espaço pedagógico é um texto para ser constantemente lido, interpretado, escrito e reescrito, e ainda afirma que é preciso ter solidariedade entre educador e educando podemos fazer um link direto com Couto et al. (2020) ao afirmar que para desenvolver as práticas pedagógicas que levem o educando ao aprendizado, o educador necessita ter um olhar crítico referente à realidade social, especialmente desses estudantes e da escola, de forma que a construção de um PEI não é apenas uma mera formalidade burocrática, mas adentrar na realidade que levou o discente a necessitar de tal instrumento.

Em uma outra perspectiva, Nunes (2008) ainda afirma que um agravante que levanta muitos questionamentos quanto a sua eficácia é a prática adotada por diversos alunos de desistirem propositalmente das componentes curriculares com mais dificuldades para serem submetidos a progressão parcial, pois acreditam que terão uma aprovação garantida ou mais fácil e esta prática acaba por tornar falha e ineficaz a sistemática de progressão parcial e seus objetivos de aprendizagem discente, pois o objetivo da mesma não é facilitar a progressão dos alunos, mas proporcionar a chance, aos discentes, de concluírem seus estudos num tempo normal sem estarem sujeitos a um dos grandes prejuízo da retenção escolar que é o atraso e a possível ocorrência de alunos fora de faixa devido a reprovações.

De um ponto de vista prático, Campos (2016) nos fornece uma pista sobre os desafios que permeiam a utilização do PEI desde a sua elaboração ao afirmar:

“Diante das colocações a respeito do PEI, reconhecemos que elaborá-lo não é tarefa simples, pois requer conhecimento sobre o aluno, devendo ser elaborado em equipe, com a participação preferencialmente da família e, quando possível, do próprio aluno. Em outras palavras, atentos às suas necessidades reais “o que quer ensinar, como se vai avaliar, quem é o responsável por acompanhar cada ação” (Campos, 2016, p. 61/62)”

O IFCE adotou o PEI através de seu ROD e no campus Cedro, esta é uma ferramenta de progressão parcial de estudos em todos os três cursos técnicos Integrados de nível médio que são: Técnico Integrado em Eletrotécnica, técnico Integrado em Mecânica e Técnico Integrado

em Informática. Todos estes três cursos funcionam em regime integral com prazo de integralização normal dos estudos em três anos e têm procura bastante ampla de matrículas e sua forma de ingresso se dá após análise de histórico escolar. Conforme podemos observar em IFCEEMNUMEROS (2021), desde a sua implantação somente no curso técnico integrado em eletrotécnica tivemos um total de 43,92 % de alunos que foram reprovados em alguma disciplina e foram retidos tendo sido submetidos a dependência, PEI ou mesmo ficando retidos no curso.

Desta forma, esta pesquisa está correlacionada com as necessidades e paradigmas que surgem não apenas como uma forma opcional dentro do processo de ensino aprendizagem, mas também como uma política pública concreta para melhorar os níveis de aproveitamento e reduzir as condições de retenção escolar que acabam sendo motivos grandes de evasão e desinteresse educacional por parte dos discentes.

3

METODOLOGIA

No escopo inicial para tornar efetiva esta pesquisa sobre o reflexo do PEI na aprendizagem discente no ensino médio integrado, foi realizada uma pesquisa utilizando o método survey. Segundo Frezatti (2021), as pesquisas que usam esta estratégia são utilizadas nas áreas de ciências sociais devido à sua capacidade de obter muitas informações relevantes de um grupo-alvo, de acordo com um determinado objetivo de pesquisa. Corroborando esta afirmação, Babbie (2003) fala que este método se enquadra em pesquisas com o objetivo de identificar a opinião dos participantes utilizando questionários ou entrevistas. Para Da Silva (2016) este método é um excelente procedimento para a obtenção de dados primários diversificados a partir de indivíduos e podem ser utilizados quando há uma amostra considerável de indivíduos ou quando existe a necessidade ou possibilidade da aplicação de questionários. Segundo Nique e Ladeira (2014), as pesquisas utilizando este método são realizadas por meio de diversos instrumentos para a coleta de dados que possuem variáveis predeterminadas. Estas variáveis podem ser respondidas assinalando algumas das respostas sugeridas ou respondendo às questões abertas com as próprias palavras.

Para a aplicação deste método foram construídos questionários utilizando a escala Likert na qual, o respondente indica seu grau de concordância ou discordância em relação a determinado objeto (Adami, 2019). Marques (2020) retrata que esta escala é uma das mais difundidas e se constitui de perguntas formuladas em que se deve escolher entre várias opções, sendo que o mais comum são geralmente nomeadas como Extremamente difícil, razoavelmente difícil, Indiferente, razoavelmente fácil e extremamente fácil, podendo sofrer adaptações necessárias pelo pesquisador, no entanto, como afirma Aguiar, Correia e Campus (2021):

“é preciso que cada item seja apresentado sob forma de uma pergunta, com cada gradação como uma resposta possível, além de cada gradação se mostrar numa ordem descendente, onde o primeiro item indica o maior grau de concordância, o último o maior grau de discordância e o item do meio neutro, sendo bivalentes e simétricos”. (Aguiar, Correia e Campus, 2011, p. 2).

Esta pesquisa teve caráter qualitativo, haja vista que segundo Minayo (2013), o método qualitativo se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais. E Saviani (1991) afirma que a pesquisa em educação tem demonstrado se firmar em pressupostos qualitativos para poder apreciar as características que imprimem riquezas nas práticas e discursos educacionais, principalmente no que concerne a transmissão e assimilação de conteúdo. Observando, assim, que o universo de nossa pesquisa será abstraído de particularidades e situações individuais que permitirão formular premissas, a adoção desta metodologia será mais que necessária para o seu desenvolvimento.

Toda investigação se deu num estudo de caso referente aos discentes do curso técnico integrado em Eletrotécnica do IFCE – Cedro, submetidos ao PEI. Merriam (1988, apud André 2005), nos diz que:

“O conhecimento gerado a partir do estudo de caso é diferente do conhecimento gerado a partir de outras pesquisas porque é mais concreto, mais contextualizado, mais voltado para a interpretação do leitor e baseado em populações de referência determinadas pelo leitor. Além disso, a autora explica que o estudo de caso qualitativo atende a quatro características essenciais: particularidade, descrição, heurística e indução. (MERIAN, 1988, apud André 2005).”

Nosso universo de estudo ocorreu no IFCE – Cedro, instituição situada no centro da região Centro-Sul do estado. Desta forma, o público objeto deste estudo foram os discente devidamente matriculados no curso técnico integrados em Eletrotécnica do IFCE-Cedro e que foram submetidos em algum momento do curso ao PEI ou que estejam no momento efetuando esta prática, alunos egressos ou evadidos que tenham sido submetidos ao PEI, docentes deste mesmo campus, bem como pedagogos e técnicos em assuntos educacionais que lidam com a fazer pedagógico da instituição.

A coleta de dados ocorreu após aprovação do trabalho pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE. Tendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (apêndice 1) sendo disponibilizado no cabeçalho do questionário, no qual os participantes responderam se concordavam ou não em participar da pesquisa. Para o grupo focal foi utilizado o TCLE disponível no Apêndice D. Todo o trabalho e o TCLE foram elaborados em conformidade com a Resolução da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) 466/12 e foram assinados pelo pesquisador que assumiu os compromissos e as determinações legais de uma pesquisa. Além disto, a proposta foi autorizada pela direção do IFCE – Cedro, local onde a pesquisa foi realizada representada pela Diretoria de pesquisa e Inovação Tecnológica, na qual o responsável assinou o Termo de Autorização para Coleta de Dados.

No escopo da coleta de dados foi importante obter o quantitativo de disciplinas no formato PEI e alunos que foram submetidos ao PEI junto à coordenadoria de controle acadêmico. E havia a pretensão de se entrevistar no mínimo 50% dos alunos que estão em situação de PEI, todos os professores da Base comum e da base tecnológica do curso, e todos os técnicos em assuntos educacionais responsáveis pelo curso. Esta previsão mínima à quantidade de alunos se deu diante da realidade de que muitos alunos que foram submetidos ao PEI já não se encontram mais na instituição e/ou mudaram seus números telefônicos ou meios de contato o que torna o contado com alguns destes discentes bastante dificultoso, mas procurou-se obter um percentual mínimo que pudesse trazer um panorama da aplicação desta ferramenta durante este período.

Para os discentes foi executado um questionário com cinco perguntas objetivas, conforme o apêndice 2, na plataforma denominada “Google Forms”, que visaram obter um panorama de sua percepção enquanto submetidos a um PEI. As perguntas eram fechadas onde era solicitado ao participante escolher uma das alternativas listadas. Tais alternativas estavam listadas conforme escala Likert Simétrica, pois conforme afirma Moraes (2019), esta escala permite a independência de um participante da pesquisa escolher qualquer resposta de forma equilibrada e simétrica. Após a resposta dos participantes, a plataforma emitiu os dados de forma descritiva através de gráficos permitindo visualizar a distribuição de frequência.

Já para os docentes foi aplicado um questionário com treze perguntas, conforme pode ser visto no apêndice 3, sendo oito perguntas objetivas e cinco perguntas subjetivas para se obter uma visão detalhada da percepção dos professores enquanto aplicadores desta metodologia. Após a resposta dos participantes, a plataforma emitiu os dados de forma descritiva através de gráficos e planilha permitindo visualizar a distribuição de frequência.

Também foram coletados dados junto a coordenação pedagógica para se ter uma visão de como se dá o acompanhamento da aplicação desta metodologia de ensino. Estes dados foram coletados através de uma entrevista semiestruturada, haja vista que tal modelo de entrevista permite maior flexibilidade tornando a obtenção de dados mais natural e dinâmica.

Para um entendimento da situação real da execução do PEI, obteve-se dados sobre como são executados os PEIs no Campus Cedro em específico no Curso Técnico Integrado em Eletrotécnica, qual o perfil mais presente nos discentes que são submetidos a estes programas, como os professores planejam e executam as ações relacionadas a PEI de suas disciplinas, qual a percepção de aproveitamento e aprendizado no ponto de vista de discentes, docentes,

pedagogos e técnicos em assuntos educacionais do campus entre outros dados igualmente importantes. Estes dados não foram manipulados ou estimulados, mas fruto de entrevistas com respostas espontâneas que explicitaram a percepção acerca da problemática tema desta pesquisa.

4

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste Capítulo serão apresentados os resultados e suas respectivas análises dentro do escopo desta dissertação.

4.1 Análise de dados estatísticos da CCA

Após extensa pesquisa documental dentro dos diários de turmas do campus Cedro dos anos subsequentes a implantação do PEI pelo ROD no IFCE verificou-se que a utilização desta metodologia iniciou-se apenas no ano de 2016, isto é, um ano após esta metodologia constar no ROD. Também foi possível observar que no sistema de controle acadêmico utilizado pela instituição (Qacadêmico) não há uma diferenciação clara entre os diários de PEI e dos demais diários, sendo que só foi possível identificar os diários que seriam de PEI por estes não estarem vinculados a nenhuma turma específica no sistema. Ao todo foram observadas a ocorrência da oferta de 41 disciplinas de PEI durante o período compreendido entre os anos de 2016 e 2022, sendo que no ano de 2019 houve maior ocorrência num total de 11 diários encontrados. Durante todo período pesquisado foram encontradas ocorrências de diários em que havia apenas um aluno matriculado e outros que haviam mais de um aluno matriculado, sendo o recorde o diário da disciplina de biologia I do semestre 2019.1 com um total de nove alunos matriculados na disciplina como PEI. Estes dados podem ser observados nos quadros 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 abaixo. A média de alunos por disciplina durante todo o período foi de aproximadamente 2,34 alunos. A média de ofertas de disciplinas no formato PEI durante o período foi de aproximadamente 2,92 disciplinas.

Quadro 4 – Diários de PEI 2016

Diários PEI 2016	alunos	Semestre
Inglês 2	6	2016.1
Matemática 1	1	2016.1
Português 2	2	2016.1
Matemática 4	8	2016.2

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Quadro 5 – Diários de PEI 2017

Diários PEI 2017	alunos	Semestre
Biologia 1	1	2017.1
Biologia 1	1	2017.2
Física 3	1	2017.2
Inglês 1	1	2017.2
Português 3	1	2017.2
Português 4	3	2017.2
Química 1	1	2017.2
Química 2	1	2017.2
Química 6	5	2017.2
Sistemas de potência	2	2017.2

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Quadro 6 – Diários de PEI 2018

Diários PEI 2018	alunos	Semestre
Rede industrial	1	2018.1
Física 1	1	2018.2
Matemática 1	1	2018.2

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Quadro 7 – Diários de PEI 2019

Diários PEI 2019	alunos	Semestre
Comandos elétricos	1	2019.1
Conservação de energia	2	2019.1
Inglês 2	2	2019.1
Matemática 4	1	2019.1
Português 1	1	2019.1
Sistemas de potência	1	2019.1
Biologia 1	9	2019.2
Física 3	1	2019.2
Inglês 2	1	2019.2
Química 3	1	2019.2
Sociologia 2	1	2019.2

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Quadro 8 – Diários de PEI 2020

Diários PEI 2020	alunos	Semestre
Matemática 4	2	2020.1

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Quadro 9 – Diários de PEI 2021

Diários PEI 2021	alunos	Semestre
Conservação de energia	2	2021.1
Eletrônica Básica	1	2021.1
Química 1	2	2021.2
Química 2	2	2021.2

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Quadro 10 – Diários de PEI 2022

Diários PEI 2022	alunos	Semestre
Análise de circuito	3	2022.1
Desenho Assistido por computador	1	2022.1
Eletricidade CA	8	2022.1
Gestão e empreendedorismo	3	2022.1
Educação física 2	3	2022.2
Eletrônica Digital	7	2022.2
Física 3	3	2022.2
Português 3	1	2022.2

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Segundo os dados da CCA neste período houve vinte e duas disciplinas no formato PEI com apenas um aluno matriculado, oito com dois alunos matriculados, cinco com três alunos matriculados, uma com cinco alunos matriculados, igualmente apenas uma disciplina com seis alunos matriculados, ocorrência que se repete para sete e nove alunos matriculados e duas disciplinas com oito alunos matriculados. As disciplinas com maior ocorrência de PEI foram química com seis ocorrências, português e matemática com cinco ocorrências cada, inglês e física com quatro ocorrências cada, biologia com três ocorrências, conservação de energia e sistemas de potência com duas ocorrências cada, Sociologia, Redes industriais, Gestão e empreendedorismo, eletrônica digital, eletrônica básica, Eletricidade Corrente Alternada, Educação Física, Desenho Assistido por Computador, Comandos Elétricos e Análises de circuitos com apenas uma ocorrência cada. Numa distribuição conforme a divisão em disciplinas do núcleo básico comum e do núcleo técnico específico observa-se que houve vinte e nove ocorrências de PEI em disciplinas do núcleo comum ofertadas à sessenta e quatro discentes, e doze ocorrências do núcleo específico ofertadas à trinta e dois discentes.

Conforme podemos verificar no quadro 11, o ano de 2019 foi onde aconteceu uma maior ocorrência de PEI, entretanto no ano de 2022 tivemos o maior número de alunos matriculados em PEI, um total de 29 alunos. Vale salientar também que o baixo número de diários com PEI e consequentemente alunos nos anos de 2020 e 2021 teve como contributo o período

pandêmico, haja vista que o campus suspendeu seu funcionamento em março de 2020 passando a modalidade remota e só retornando ao modo presencial a partir de meados do segundo semestre de 2021 e somente com algumas turmas, principalmente aquelas que estavam em vias de conclusão do curso. Observamos que a média de alunos por diário é aproximadamente de 2,34 alunos e a média de alunos submetidos ao PEI por ano é aproximadamente 13,71 alunos. Fica notório que nos anos de 2016 e 2022 ocorreu uma discrepância na média de alunos fazendo PEI, de forma que também foi feito um questionamento sobre isto à CTP para tentar entender quais fatores poderiam estar ligados a este fenômeno.

Quadro 11 – Média de Ocorrência de PEI

Ano	Diários	Alunos	Média alunos/diários
2016	4	17	4,25
2017	10	17	1,7
2018	3	3	1
2019	11	21	1,90909091
2020	1	2	2
2021	4	7	1,75
2022	8	29	3,625
Total	41	96	2,34146341
		Média de alunos/ano	13,7142857

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Durante todo período pesquisado foram observadas apenas oito reprovações ocorridas nas disciplinas de: Matemática IV do semestre 2016.2 com 1 reprovação, Física III do semestre 2017.2 com 1 reprovação, Conservação de energia do semestre 2021.1 com 1 reprovação e Eletricidade CA do semestre 2022.1 com 5 reprovações. É interessante notar o baixo índice de reprovações geral, haja vista que num total de 41 disciplinas apenas 4 tiveram a ocorrência de reprovações o que perfaz apenas aproximadamente 8,33% dos alunos submetidos a PEI, mas também é notório que a quantidade de reprovações na disciplina de Eletricidade CA foi bastante alta perfazendo um total de 62,5% dos alunos que foram submetidos ao PEI nesta disciplina. Esta informação levanta o questionamento de qual seria a causa para um resultado tão grande de reprovação em uma metodologia que deveria tentar de alguma forma sanar as dificuldades de aprendizagem que já foram encontradas numa primeira oferta da disciplina. Tal questionamento foi submetido à análise da CTP para que se pudesse obter alguma informação contida nesses dados que pudessem vir a auxiliar igualmente na resolução da problemática desta pesquisa.

Nesta análise numérica fica claro que maior parte do público de PEI do curso é referente a alunos de disciplinas do núcleo comum sendo que português, matemática e química são as que mais ofertaram a modalidade. Isto vem de encontro ao que preconizam Mueller et al (2020), Franceschini (2016) e Da Silveira quando falam sobre as disciplinas que mais reprovam no ensino médio e os fatores associados a isto os autores citam além destas três disciplinas também a presença da disciplina de Física com alto índice de reprovação. A partir da análise primária desses diários não se pode observar alguma relação de tratamento individual dado aos alunos, haja vista que esta é uma das características esperadas de um PEI. O fato de haver diários com mais de um aluno e neles não constar nenhuma observação relacionada a um trabalho individualizado sobre as necessidades de aprendizagens destes discentes demonstra primariamente que pode haver uma generalização relacionada à aplicação do PEI, o que contraria seu caráter individual.

4.2 Análise de dados da pesquisa com os alunos

Segundo os dados levantados junto a CCA, houve um total de 41 ocorrências de PEI no curso técnico integrado em Eletrotécnica, sendo que 96 alunos foram submetidos a estes PEI's. No nosso universo de pesquisa ao aplicar o questionário destinado aos discentes obtivemos um total de 43 respostas o que perfaz um total de aproximadamente 70,49% dos alunos submetidos ao PEI. Justifica-se a falta dos demais pela ocorrência de muitos alunos não estarem mais no campus, nem na cidade e também pelo fato de que os contatos de e-mail e telefone de muitos alunos estarem desatualizados em seus cadastro acadêmico tornando muito difícil o contato com eles, mas considera-se essa amostragem, bem acima dos 50% pretendidos, suficiente para uma obtenção de dados relevantes para esta pesquisa.

O primeiro questionamento foi “Quantas vezes você foi submetido a um PEI? (Considere cada disciplina que porventura tenha sido submetido a um PEI como 1 ocorrência)”, conforme pode ser visto no gráfico 1. Esta pergunta tinha o objetivo de identificar dentre os questionados qual a frequência de realização do PEI pelos alunos do curso. Dos 43 respondentes 67,4%, isto é, 29 discentes informaram que fizeram o PEI apenas 1 vez. Contabilizando apenas 2 ocorrências de PEI responderam 23,3%, isto é, 10 alunos. Houve igualdade de respostas, 4,7%, para ocorrência de 3 PEI's e 4 ou mais, neste caso sendo 2 alunos para cada situação. Na nossa pesquisa documental junto a CCA obtivemos a informação de que 61 alunos fizeram PEI, sendo que houve 35 alunos com apenas 1 PEI realizado (57,38%), 19 com apenas 2 PEI's realizados (31,15%), 5 alunos com realização de 3 PEI's (8,2%) e 2 alunos com a realização de 4 PEI's (3,28%). Comparando a amostra obtida no questionário com os dados documentais

obtidos na CCA, observa-se que, apesar da sensível diferença de percentual, as duas se equivalem, pois mostram uma proximidade dos valores percentuais dos dados, sendo que a diferença justifica-se pela ausência de respostas de alguns discentes do público alvo, 18 ao todo, que não foram encontrados para participarem da pesquisa.

Quantas vezes você foi submetido a um PEI? (Considere cada disciplina que porventura tenha sido submetido a um PEI como 1 ocorrência).

43 respostas

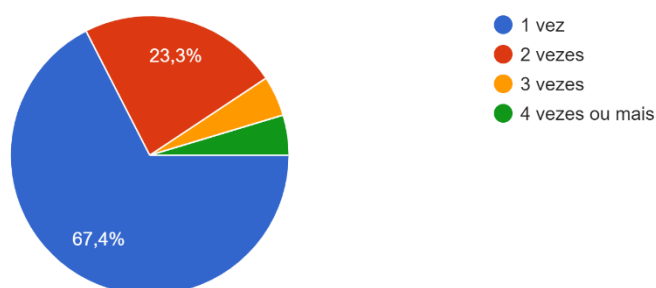


Gráfico 1 – Quantas vezes você foi submetido ao PEI
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Foi questionado aos discentes se estes já conheciam alguma prática similar ao PEI antes de virem estudar no IFCE. Houve um empate entre o percentual que discordaram plenamente ou parcialmente de terem conhecimento anterior da prática do PEI, cada uma das respostas obtendo um percentual de 30,2%. Também se obteve que 14% dos respondentes afirmaram-se indiferentes, o que sugere que eles não tinham conhecimento suficiente para opinar sobre o assunto. 16,3% concordaram parcialmente que conheciam alguma prática similar ao PEI, e apenas 9,3% concordaram plenamente de terem conhecimento anterior da prática do PEI ou alguma ferramenta similar. Conforme pode ser observado no gráfico 2.

Você conhecia alguma prática similar ao PEI antes de vir estudar no IFCE?

43 respostas

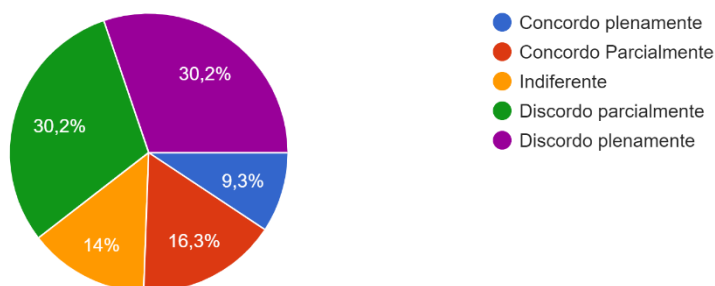


Gráfico 2 – Você Conhecia Alguma Prática Similar ao PEI antes de vir estudar no IFCE
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Esses resultados indicam que a maioria dos discentes não tinha conhecimento prévio da prática do PEI ou de ferramentas similares antes de ingressarem no IFCE. Isso pode ser um desafio para a implementação do PEI, pois os alunos podem não estar familiarizados com a ferramenta e não entender completamente como ela funciona. Desta forma, mostra-se que é importante que a instituição faça um esforço a fim de conscientizar e orientar os alunos sobre o PEI, o que ele é e como funciona para que ele seja implementado de forma eficaz.

Questionou-se em relação a ter ocorrido a intenção de reprovar uma disciplina com o intuito de cursá-la como um PEI ou mesmo se havia o conhecimento de alguém ter feito isto conforme exposto no gráfico 3. A grande maioria, 51,2% discordaram totalmente de terem tido tal intenção ou de conhecerem alguém que assim tenha agido. 27,9% dos respondentes discordaram parcialmente da ação perguntada. Responderam ser indiferentes a este questionamento 11,6% dos alunos. Concordando parcialmente com o que foi perguntado houve 7% dos discentes questionados e apenas 2,3% concordaram plenamente em terem reprovado intencionalmente ou conhecerem algum discente que o fez.

Em algum momento houve a intenção de reprovar intencionalmente alguma disciplina para tentar cursa-la posteriormente como PEI ou tens noticia de algum aluno que tenha tido esta prática?
43 respostas

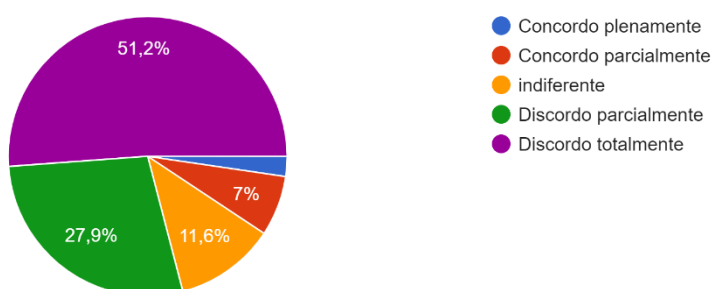


Gráfico 3 – Intenção de reprovar para ser submetido ao PEI
Fonte: Elaboração Própria (2023)

No entanto, é importante que os professores e a gestão educacional estejam atentos a possíveis tentativas de uso indevido do PEI e implemente medidas para evitar que isso aconteça. A orientação adequada dos alunos sobre o uso do PEI e a monitoria cuidadosa do seu uso podem ajudar a garantir que a ferramenta seja usada de forma adequada e benéfica para os alunos.

Um dos questionamentos nascidos nesta pesquisa foi quanto ao PEI ser uma forma mais fácil para concluir uma disciplina. Sobre este questionamento, os discentes foram indagados e

o resultado de suas respostas está exposto no gráfico 4. 16,3% dos discentes concordam plenamente que o PEI seria realmente uma forma mais fácil de se obter êxito. Concordaram parcialmente com isto 34,9%. Um percentual de 16,3% afirmaram ser indiferentes a esta facilidade. 25,6% discordaram parcialmente do PEI ser uma forma fácil para conclusão de disciplinas e 7% discordaram plenamente dessa afirmação.

Você considera o PEI uma forma mais fácil de concluir uma disciplina?

43 respostas

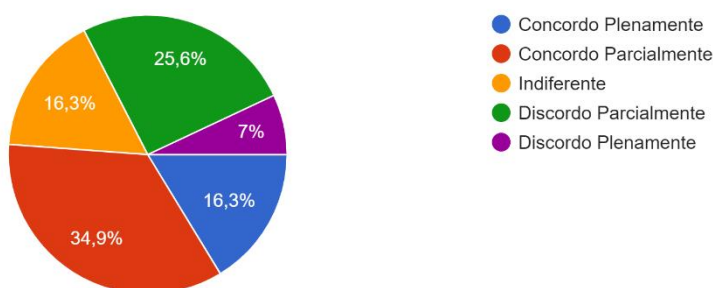


Gráfico 4 – Você considera o PEI uma forma facil de concluir uma disciplina

Fonte: Elaboração Própria (2023)

Se observa aqui uma característica interessante, pois um pouco mais da metade do corpo discente considera o PEI uma forma mais fácil de se obter êxito na conclusão de uma disciplina enquanto o restante discorda ou é indiferente a esta facilidade. É importante ressaltar que a percepção de facilidade ou não pode estar relacionada à forma como a disciplina é conduzida e também à compreensão do próprio discente sobre a disciplina ou sobre o que é o PEI e como utilizá-lo. Indica-se aqui a necessidade de um trabalho de orientação e esclarecimento por parte dos docentes e da instituição para que o PEI seja visto como uma ferramenta útil e eficaz para o processo de aprendizagem dos discentes.

Por fim, os discentes foram questionados quanto ao nível de aprendizagem com a metodologia do PEI. Conforme podemos ver no gráfico 5, 9,8% dos alunos concordaram plenamente que o PEI contribui para que houvesse uma melhor assimilação do conteúdo. 43,9% concordaram parcialmente com isto. Já 29,3% se mostraram indiferentes quanto ao PEI ter melhorado ou não a assimilação de conteúdo. Obteve-se um percentual de 7,3% de alunos que não observaram melhorias na assimilação de conteúdo com o PEI e 9,8% que discordaram plenamente de ter havido contribuição do PEI para uma melhor assimilação do conteúdo.

Quanto seu nível de aprendizagem, ele contribuiu para que você assimila-se mais o conteúdo?

41 respostas

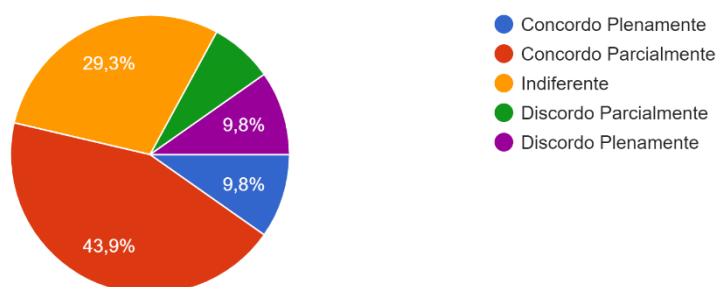


Gráfico 5 – O PEI contribuiu para assimilar o conteúdo
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Aqui se observa que uma boa parte dos alunos considera que o PEI realmente auxilia para que se obtenha uma melhor assimilação de conteúdo e conseqüentemente uma melhor aprendizagem. Porém, a grande parcela de alunos que se mostraram indiferentes indica que para estes alunos não foi possível formar uma opinião sobre a efetividade do PEI em relação à aprendizagem. Também se observa um percentual considerável de alunos com discordância plena desta contribuição, o que pode indicar que esta metodologia não funcionou bem ou não foi adequada para sua forma de aprendizado. Contudo, é importante lembrar que a efetividade do PEI depende de diversos fatores, como a qualidade da elaboração do plano, a disciplina do aluno na execução do plano e a orientação e acompanhamento do professor, entre outros fatores. Portanto, é preciso levar em consideração esses fatores ao avaliar os resultados advindos deste questionamento.

4.3 Análise de dados da pesquisa com os Professores

Através do levantamento de dados junto a CCA se observou a existência de 41 diários de PEI que estiveram na posse de 30 professores, haja vista que diários diferentes de disciplinas distintas ou de semestres distintos poderiam pertencer a um mesmo docente. Entretanto, destes professores, 9 já não se encontram mais trabalhando no campus devido a remoção docente, redistribuição ou mesmo por terem sido professores substitutos na instituição e seus contratos terem sido encerrados, mas isto não impediu de que o contato com estes docentes para a pesquisa fosse feito, haja vista que as informações de contato deles ainda estavam resguardadas no setor de recursos humanos do IFCE. Foram enviados os formulários da pesquisa para todos os docentes e foi recebida a devolutiva de 26 respostas, 86,7% do público alvo, que serão detalhadas logo abaixo.

Inicialmente foi questionado quanto ao conhecimento relativo ao PEI ou alguma prática similar de combate à evasão e ao atraso escolar anterior a entrada no instituto pelos docentes. 19,2% responderam que conheciam plenamente e 42,3% afirmaram que conheciam parcialmente. Somente 3,8% disseram-se indiferentes a este questionamento, enquanto 15,4% desconheciam parcialmente e 19,2% disseram desconhecer totalmente alguma metodologia como o PEI ou similar, como podemos ver no gráfico 6.

Eu já conhecia o Plano de Estudos Individual ou alguma prática similar de combate à evasão e ao atraso escolar.

26 respostas

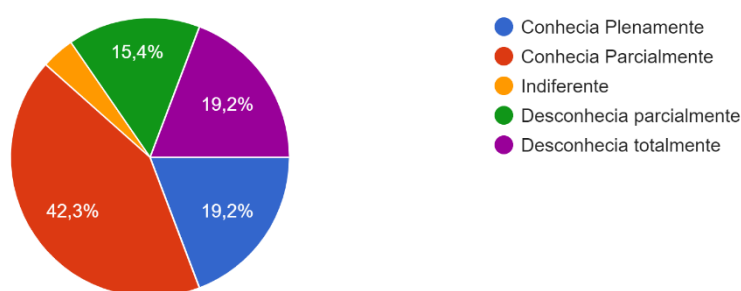


Gráfico 6 – Conhecimento Prévio do PEI por parte dos docentes
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Podemos observar que a grande maioria dos docentes, 61,5% deles, já havia tido algum contato ou conheciam de alguma forma alguma metodologia como o PEI ou similar dentro do escopo do combate a evasão escolar ou mesmo à retenção, mas não podemos desconsiderar que mais de 1/3 dos docentes entrevistados desconheciam esta estratégia. Essa análise nos alerta para a necessidade de formação docente para que todos tenham total conhecimento e domínio desta estratégia de combate aos fatores que dificultam a aprendizagem e acabam por reter alunos levando-os muitas vezes à desistência. Observa-se que essa familiaridade da grande parte dos docentes com o PEI é positiva quando se vislumbra a possibilidade de que docentes com maior conhecimento sobre metodologias similares possam trazer contribuições importantes para aprimorar o PEI ou propor alternativas complementares para o combate ao atraso escolar, além de que esta familiaridade influencia diretamente na percepção e na adesão dos professores ao PEI, haja vista que segundo o ROD a forma de PPE, a qual o estudante deverá ser submetido, deverá ser definida pelo docente do componente curricular, em conjunto com o coordenador do curso ou conselho de classe.

Os professores também foram questionados quando a terem recebido alguma orientação relacionada a formatação e aplicação do PEI conforme podemos ver no gráfico 7. Dos

entrevistados, 26,9% concordaram plenamente que receberam orientação e 42,3% concordaram parcialmente com a afirmação. 15,4% se mostraram indiferentes à afirmação e 15,4% afirmaram que discordavam parcialmente da afirmação e não houve registro de discordância total.

Fui orientado(a) quanto à formatação e aplicação do PEI com meus alunos.
26 respostas

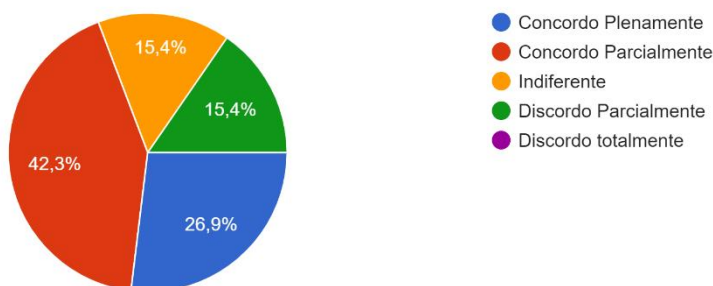


Gráfico 7 – Orientação sobre implementação do PEI
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Tais resultados nos revelam que há uma política de orientação quanto ao fazer o PEI e que esta política tem alcançado boa parte dos professores do curso que necessitaram aplicar o PEI. Entretanto, não se pode deixar de notar que mais da metade dos professores entrevistados não concordou plenamente que recebeu orientação sobre a formatação e aplicação do PEI. Isso pode indicar que os docentes podem estar enfrentando dificuldades na implementação do plano em sala de aula, o que pode prejudicar a aprendizagem dos alunos. No entanto, isso também sugere que, mesmo que a orientação não tenha sido completa ou adequada, alguns docentes perceberam alguma forma de apoio na implementação do PEI. Isso pode ser um sinal de que a escola está buscando fornecer suporte aos professores, mas pode haver espaço para melhorias na qualidade e abrangência da orientação oferecida. É importante destacar que uma porcentagem significativa de professores se mostrou indiferente em relação à afirmação ou discordou parcialmente. Isso pode indicar falta de clareza na comunicação ou falta de compreensão sobre a importância do PEI para o desenvolvimento dos alunos. Isso pode exigir ações adicionais para garantir que os professores tenham êxito em suas estratégias de ensino ao implementarem um PEI.

Considerando que o PEI é uma ferramenta importante para garantir uma educação mais personalizada e adaptada às necessidades individuais de cada aluno, principalmente dentro da realidade como é utilizada dentro do IFCE, é fundamental que os professores recebam orientação adequada para sua aplicação. Isso pode incluir treinamentos, materiais informativos

e acompanhamento contínuo por parte dos gestores educacionais. Portanto, os resultados apresentados no gráfico 7 apontam para a necessidade de investimentos em capacitação e formação de professores para o uso efetivo do PEI e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade da educação.

Em seguida, os docentes foram questionados sobre as dificuldades encontradas na formatação e aplicação do PEI. Conforme pode ser visto no gráfico 8, 11,5% deles Concordaram totalmente que encontraram dificuldades para a formatação e aplicação do PEI com os alunos e 30,8% concordaram parcialmente com a afirmação. 11,5 foi o quantitativo de professores que se disseram indiferentes a esta afirmação, sendo que 38,5% do grupo entrevistado discordou parcialmente e 7,7% discordaram totalmente em terem encontrado algum tipo de dificuldade.

Encontrei dificuldades para a formatação e aplicação do PEI com meus alunos.
26 respostas

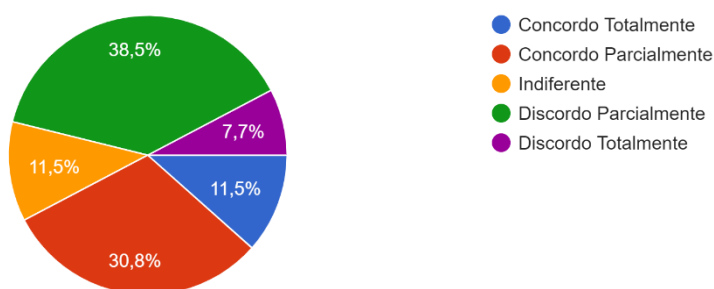


Gráfico 8 – Dificuldades para implementar o PEI
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Os resultados obtidos neste quesito podem indicar que a implementação do PEI pode ser um desafio para alguns docentes e que pode haver necessidade de mais capacitação e suporte para garantir a sua aplicação efetiva, haja vista que uma parcela significativa dos docentes concorda de forma total ou parcial com esta afirmação e mesmo a parcela que se mostra indiferente pode indicar falta de conhecimento ou interesse sobre o PEI. Neste contexto, para estes professores, mostra-se necessário um acompanhamento, capacitação ou orientação para elaborar e aplicar o PEI de forma adequada, garantindo que ele cumpra sua finalidade e contribua para o sucesso escolar dos alunos. Ressalta-se que também um número significativo de professores discorda de alguma forma da sentença, indicando que estes já possuem domínio ou receberam algum tipo de orientação anterior para a elaboração e aplicação do PEI, ou mesmo pode indicar que as estratégias utilizadas na individualização do ensino não foram tão diferentes das já utilizadas na prática cotidiana destes docentes.

Por conseguinte, foram expostos a afirmação: “O PEI é uma forma eficiente para se conseguir alcançar os objetivos de aprendizagem com seus alunos”. A esta afirmação 7,7% concordaram totalmente e 80,8% concordaram parcialmente, enquanto apenas 3,8% se mostraram indiferentes. Contudo tivemos uma parcela pequena de 7,7% que discordavam parcialmente e nenhum professor discordou totalmente desta afirmação, conforme podemos ver no gráfico 9.

O PEI é uma forma eficiente para se conseguir alcançar os objetivos de aprendizagem com seus alunos.

26 respostas

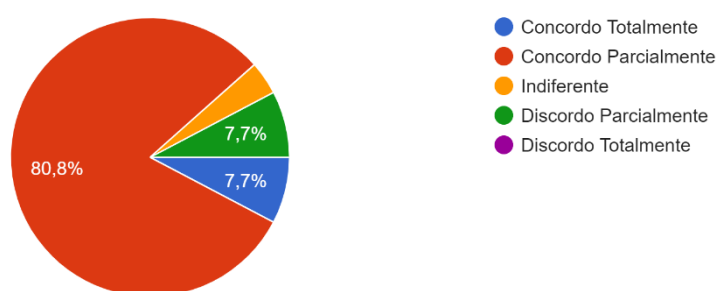


Gráfico 9 – Eficiência do PEI
Fonte: Elaboração Própria (2023)

De acordo com os resultados apresentados, a maioria dos professores concordou parcialmente com a afirmação, indicando que acreditam que o PEI é uma forma eficiente, mas não necessariamente a única, de alcançar esses objetivos. Essa resposta pode ser interpretada de diversas formas, mas uma delas é que os professores podem estar cientes da importância do PEI, mas também reconhecem que existem outras formas de atingir os objetivos de aprendizagem com os alunos que foram retidos em suas disciplinas. Isso pode estar relacionado a diferentes abordagens pedagógicas e metodologias de ensino que os professores podem utilizar para melhorar o aprendizado dos alunos. No entanto, é importante ressaltar que a eficácia do PEI pode depender de vários fatores, como o engajamento dos alunos, o apoio dos pais e da escola, e a competência dos professores em sua elaboração e implementação. Além disso, é necessário avaliar constantemente os resultados do PEI para garantir que ele esteja atingindo seus objetivos e ajustá-lo quando necessário. O pequeno número de professores que discordam parcialmente da afirmação e a inexistência de opiniões diametralmente opostas pode ser mais um indicativo de que, na visão docente, o PEI é um instrumento excelente para alcançar os objetivos de aprendizagem, mas que se faz necessário sempre haver uma reflexão sobre sua aplicação e as práticas de ensino para que os docentes estejam sempre capacitados para utilizar

as melhores estratégias para o sucesso dos discentes.

Foi solicitado aos docentes sua opinião sobre a afirmação: “O PEI é a forma mais viável de garantir a continuidade do estudo enquanto se preserva o caráter educacional pedagógico da aprendizagem”. Neste ponto 7,7% dos docentes concordaram totalmente com a afirmação enquanto 61,5% concordaram parcialmente. Apenas 3,8% dos entrevistados se declararam indiferentes, enquanto 26,9% discordaram parcialmente da afirmação e nenhum docente discordou totalmente como podemos observar no gráfico 10.

O PEI é a forma mais viável de garantir a continuidade do estudo enquanto se preserva o caráter educacional pedagógico da aprendizagem.

26 respostas

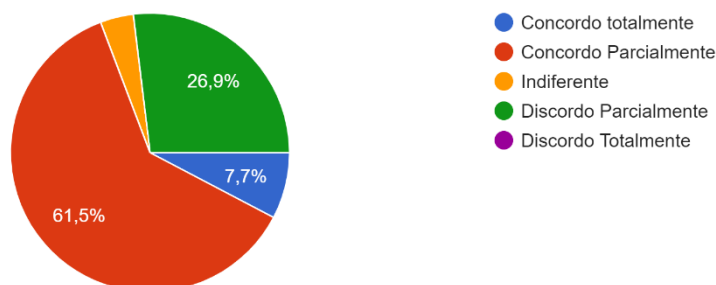


Gráfico 10 – Viabilidade do PEI para a continuidade dos estudos preservando o caráter pedagógico
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Apesar de poder observar claramente que a maioria dos docentes concorda de alguma forma com a visão do PEI como uma garantia de continuidade do estudo e preservação das qualidades educacionais e pedagógicas, pode-se concluir que os docentes não consideram o PEI como a única forma ou mesmo que seja realmente a mais viável. Este resultado pode indicar que os docentes acreditam que existem outras formas de atender às necessidades dos estudantes retidos, além do PEI. E aqui a inexistência da discordância total nos revela que mesmo aqueles que discordam em parte da viabilidade do PEI nestes termos ainda o enxergam como uma forma de garantia educacional.

Uma outra afirmação falava que “O PEI é uma forma mais fácil de lograr êxito nos componentes curriculares”. Sobre esta afirmação, como podemos ver no gráfico 11 7,7% dos docentes concordaram totalmente com ela e 46,2% concordaram parcialmente. 7,7% se mostraram indiferentes, 38,5% discordaram parcialmente e não houve nenhuma discordância total.

O PEI é uma forma mais fácil de lograr êxito nos componentes curriculares.

26 respostas

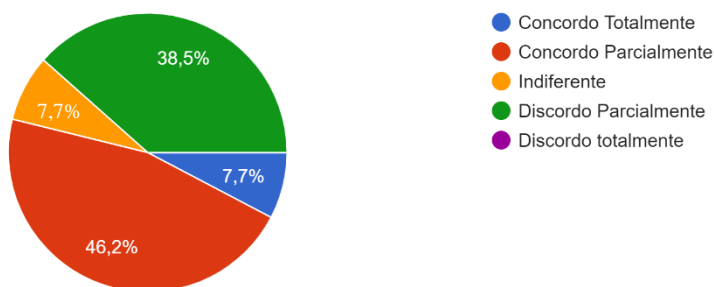


Gráfico 11 – O PEI é uma forma fácil de lograr êxito – Opinião Docente
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Os dados apresentados no gráfico permitem visualizar que os docentes sugerem uma variância de opiniões sobre a eficácia do PEI como estratégia de combate à retenção escolar. Embora uma parcela significativa concorde parcialmente com a afirmação, a falta de consenso entre os docentes indica que ainda há espaço para discussão e reflexão sobre este problema. Contudo, 61,6% dos docentes concordam de alguma forma com esta afirmação ou não conseguem ter uma opinião totalmente divergente, o que mostra claramente que estes enxergam o PEI, em algum momento, como uma ferramenta que favorece a facilitação de progresso e êxito nas componentes curriculares. Há de se destacar que o PEI é uma estratégia que busca adaptar o currículo às necessidades individuais de cada estudante, permitindo que eles avancem em seu próprio ritmo e recebam suporte adicional nas áreas em que enfrentam dificuldades, no entanto, a eficácia do PEI depende de sua implementação adequada e do apoio contínuo dos docentes. Se os estudantes não receberem o suporte adequado para desenvolver suas habilidades e superar as dificuldades, o PEI pode não ser suficiente para prevenir a retenção escolar.

Foi perguntado aos docentes o posicionamento diante da afirmação de que o PEI tem gerado reflexos positivos no desempenho escolar dos estudantes, conforma podemos ver no gráfico 12. 7,7% dos entrevistados concordam totalmente com a afirmação e 46,2% concordam parcialmente, entretanto 26,9% se pronunciaram indiferentes e 19,2% discordaram parcialmente. Neste quesito não houve discordância total.

O PEI tem gerado reflexos positivos no desempenho escolar dos estudantes.

26 respostas

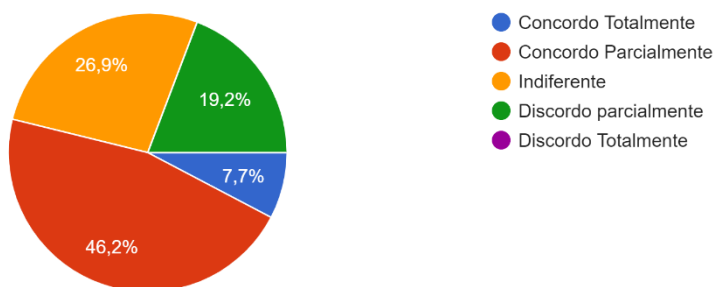


Gráfico 12 – O PEI gera reflexos positivos no desempenho escolar
Fonte: Elaboração Própria (2023)

Podemos observar, através desta análise que há uma variedade de opiniões entre os docentes em relação ao impacto do PEI no desempenho escolar dos alunos. Uma parcela relativamente pequena dos entrevistados concordou totalmente que o PEI tem gerado reflexos positivos no desempenho escolar dos estudantes. Essa concordância total pode ser vista como uma indicação de que alguns docentes consideram o PEI como uma iniciativa eficaz e bem-sucedida. Por conseguinte, a grande maioria dos docentes concordou parcialmente com a afirmação de que o PEI tem gerado reflexos positivos no desempenho escolar dos estudantes. Isso pode ser interpretado como uma indicação de que muitos docentes consideram que o PEI tem potencial, mas que ainda há espaço para melhorias. Ainda assim, tais concordâncias apontam para uma visão positiva do PEI na instituição. Contudo, uma parcela significativa dos docentes se pronunciou como indiferente em relação à afirmação. Isso pode ser um sinal de que eles não têm conhecimento suficiente sobre o PEI, ou que não percebem sua relevância em relação ao desempenho escolar dos estudantes, haja vista que o cenário docente do campus é permeado pelo ingresso de professores novos periodicamente, os quais muitas vezes desconhecem esta metodologia o que dificulta tanto a sua implementação quanto a formação de uma opinião concisa sobre o tema. Por fim, uma parcela menor dos docentes discordou parcialmente da afirmação de que o PEI tem gerado reflexos positivos no desempenho escolar dos estudantes. Isso pode indicar que alguns docentes têm críticas ou sugestões para melhorias específicas no PEI, ou ainda indicar que não se observou de forma incisiva uma melhora significativa no desempenho dos alunos submetidos a esta metodologia, haja vista que muitas vezes a aprovação em si não é sinônimo de melhoria de desempenho. É importante ressaltar que não houve discordância total entre os docentes em relação à afirmação, o que sugere que o PEI é visto como uma iniciativa positiva em geral. No entanto, os resultados deste

questionamento indicam que há espaço para aprimoramentos e maior envolvimento dos docentes na implementação e avaliação do projeto.

Um dos questionamentos que surgiram durante a pesquisa foi sobre ter alunos reprovando intencionalmente uma disciplina para ser submetido ao PEI. Sobre este quesito 3,8% concordaram totalmente e 19,2% concordaram parcialmente. 19,2% dos docentes foram indiferentes, enquanto 15,4% destes discordaram parcialmente da assertiva e 42,3% discordaram totalmente. O gráfico com os resultados deste item pode ser vistos no gráfico 13.

Observei que houve alunos reprovando intencionalmente a disciplina para tentar ser submetido ao PEI.

26 respostas

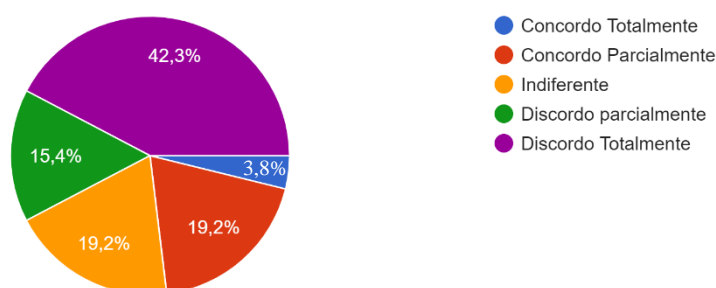


Gráfico 13 – Intencionalidade de reprovar – visão docente
Fonte: Elaboração Própria (2023)

De acordo com o gráfico 13, a quantidade dos docentes que discordaram totalmente da assertiva, sugere que eles não acreditam que existam alunos reprovando intencionalmente para serem submetidos ao PEI. Essa discordância total pode ser vista como um sinal de que esses docentes não veem essa possibilidade como uma realidade em sua instituição de ensino. Além disso, uma parcela significativa dos docentes discordou parcialmente da assertiva, o que pode indicar que eles não consideram que essa possibilidade é comum, mas não a descartam totalmente. Por outro lado, analisando a parcela que concordaram parcialmente ou totalmente com a possibilidade de alunos reprovarem intencionalmente para serem submetidos ao PEI, isso nos indica que alguns docentes acreditam que essa possibilidade é real e merece ser considerada na avaliação dos alunos. E isto pode ser visto como um sinal de que alguns docentes têm preocupações sobre essa possibilidade e acreditam que ela deve ser investigada ou abordada de alguma forma. E, nesta questão, a parcela dos docentes que foram indiferentes pode sugerir que eles não têm conhecimento suficiente sobre essa possibilidade ou que não considera este tema relevante para uma discussão mais aprofundada.

Após ter sido feito o survey com as assertivas descritas anteriormente, passou-se a

indagar os entrevistados sobre algumas características e percepções durante a aplicação do PEI em suas disciplinas. A primeira pergunta foi “Durante a aplicação do PEI, quais foram as metodologias (Aulas, encontros, reuniões, trabalhos, avaliações, etc...) adotadas por você em suas disciplinas?”. As respostas a esta pergunta estão relacionadas no quadro 12.

Quadro 12 – Metodologias aplicadas no PEI

Durante a aplicação do PEI, quais foram as metodologias (Aulas, encontros, reuniões, trabalhos, avaliações, etc...) adotadas por você em suas disciplinas?	
Entrevistado 1	Aulas, trabalhos e apresentação de seminários
Entrevistado 2	Reuniões e trabalhos
Entrevistado 3	Aulas, reuniões e projeto/trabalho aplicado.
Entrevistado 4	Aulas práticas e avaliações teóricas/práticas.
Entrevistado 5	Reuniões e aplicação de prova/exercício
Entrevistado 6	Reuniões para discutir os temas, trabalhos e utilização do Google classroom
Entrevistado 7	Reuniões de estudo
Entrevistado 8	Aulas, trabalhos, exibição de vídeos, videoaulas
Entrevistado 9	Aulas convencionais
Entrevistado 10	Reuniões periódicas e trabalhos para casa
Entrevistado 11	Aulas e avaliações
Entrevistado 12	Aulas expositivas, estudo dirigido e atividades.
Entrevistado 13	Aulas e atividades avaliativas
Entrevistado 14	encontros, trabalhos, avaliações, atividades, exercícios
Entrevistado 15	Tive aulas com os alunos e as avaliações foram trabalhos
Entrevistado 16	Aulas, aplicação de trabalhos.
Entrevistado 17	Encontros e atividades práticas, sempre estimulando a autonomia do estudante e a produção de algum artefato (texto, seminário, aplicação) como avaliação.
Entrevistado 18	Aulas, trabalhos e avaliação.
Entrevistado 19	Aulas, trabalhos etc.
Entrevistado 20	Aulas, trabalhos, seminários e avaliações.
Entrevistado 21	Encontros e avaliações
Entrevistado 22	Reuniões
Entrevistado 23	Trabalho
Entrevistado 24	Encontros temáticos, Trabalhos de pesquisa, seminários.
Entrevistado 25	Encontros e avaliações
Entrevistado 26	Reuniões periódicas

Fonte: Elaboração Própria (2023)

A partir da análise das respostas dos entrevistados, percebe-se que as metodologias mais adotadas durante a aplicação do PEI foram aulas, trabalhos e reuniões. Alguns entrevistados também mencionaram outras metodologias utilizadas, como avaliações, seminários e atividades práticas, entretanto essas metodologias já abordam um caráter avaliativo. As respostas mostram que os entrevistados utilizaram uma variedade de metodologias durante a aplicação do PEI, o que sugere que pode ter ocorrido uma adaptação do projeto às necessidades e particularidades de cada disciplina e grupo de estudantes. É importante destacar que as respostas apresentadas na tabela não permitem uma análise aprofundada das metodologias utilizadas, pois os entrevistados foram, em sua grande maioria, vagos em suas respostas, e não deram nenhum detalhe mínimo de como cada metodologia foi aplicada e qual foi o objetivo de sua utilização o que faz perceber que não houve uma intencionalidade em modificar as metodologias para

aplicar um PEI. Pode-se observar que a maioria dos entrevistados afirmam utilizar metodologias que em sua essência não difere muito do que já é feito tradicionalmente em sala de aula, exceto um dos entrevistados que afirmou estimular a autonomia do educando em suas aulas no PEI e utilizar a produção de artefatos como forma de avaliação. Esta afirmação retrata que há docentes que se preocupam com a esfera da autonomia da aprendizagem e se utiliza do PEI para tornar presente no aluno esta prática fazendo uma conexão clara com o que se estuda e o que pode ser feito de forma prática com o material de estudos.

Após isto foi perguntado aos docentes sobre o material didático utilizado no PEI, se ele difere do que já é utilizado normalmente nas disciplinas, haja vista que a individualização do estudo sugere a adoção de materiais que possibilitem um aprendizado condizente com as necessidades do educando. As respostas para esta indagação podem ser vistas no quadro 13 abaixo:

Quadro 13 – Materiais Utilizados na confecção do PEI

Foi adotado algum material didático (livros, apostilas etc.) para a aplicação do PEI diferentes do que é adotado normalmente na disciplina?	
Entrevistado 1	Não
Entrevistado 2	Não
Entrevistado 3	Artigos de apoio
Entrevistado 4	Somente alguns artigos com textos que poderiam auxiliar além do material de praxe
Entrevistado 5	Apostilas, livro didáticos e tutoriais
Entrevistado 6	Não
Entrevistado 7	Apostilas
Entrevistado 8	Algumas Apostilas
Entrevistado 9	Apostilas e alguns outros livros
Entrevistado 10	Apostilas e textos, além do material didático de sala
Entrevistado 11	Livros da biblioteca e o livro didático
Entrevistado 12	Algumas apostilas e textos
Entrevistado 13	Apenas o livro didático e algumas apostilas digitais
Entrevistado 14	Apostila
Entrevistado 15	Apostilas
Entrevistado 16	Livros e apostilas online
Entrevistado 17	Sim, apostila
Entrevistado 18	Livro
Entrevistado 19	Pesquisa via internet
Entrevistado 20	O material adotado foi o mesmo
Entrevistado 21	Não
Entrevistado 22	Não
Entrevistado 23	Sim
Entrevistado 24	Material autoral (Esquemas e mapas conceituais)
Entrevistado 25	Não só utilizei as aulas salvas em slides
Entrevistado 26	Não

Fonte – Elaboração Própria (2023)

Neste item observamos uma certa variância nas respostas dos entrevistados. Alguns afirmaram que não utilizaram materiais diferentes do que é normalmente utilizado na disciplina. Outros afirmaram ter utilizado artigos de apoio, livros didáticos, apostilas, tutoriais e textos,

além do material de praxe. Ainda outros afirmaram ter utilizado apenas o livro didático e algumas apostilas. Observa-se que, embora a maioria dos entrevistados não tenha utilizado materiais didáticos diferentes do que é normalmente utilizado na disciplina, houve aqueles que buscaram recursos adicionais para complementar o material tradicional. Esses recursos podem ter sido úteis para fornecer aos alunos uma personalização nas suas aulas e assim atender às suas necessidades específicas. A utilização de materiais didáticos adicionais, como artigos de apoio, livros didáticos, apostilas e tutoriais, pode oferecer aos alunos diferentes perspectivas sobre um tópico específico e permitir que eles aprendam em seu próprio ritmo. Esses recursos também podem ajudar a atender às necessidades de alunos com diferentes estilos de aprendizagem. Por outro lado, é importante notar que a escolha dos materiais didáticos deve ser cuidadosamente avaliada para garantir que atendam aos objetivos educacionais do PEI e o que se observa é que não há um critério nessa escolha tal como há na escolha ordinária do livro didático escolar. Além disso, os professores devem estar familiarizados com os recursos utilizados para garantir que possam orientar adequadamente os alunos no processo de aprendizagem. Observamos que um dos docentes afirmou utilizar-se de pesquisas na internet, o que pode ser interessante do ponto de vista da realidade dos alunos que vivem num mundo em que a virtualidade e a digitalização de tudo lhes é familiar. Outra resposta que chamou a atenção foi de um único docente que afirmou utilizar material autoral (esquemas e mapas conceituais), isto nos mostra uma preocupação em criar um material que possa realmente auxiliar o aluno em seu processo de recuperação de aprendizagem num PEI e que, de certa forma, difere do que normalmente é utilizado em sala de aula.

Outro questionamento que foi feito estava relacionado com o caráter das aulas de PEI se eram individuais ou em grupo e como era feita a organização destas aulas. As respostas a este questionamento estão relacionadas no quadro 14, abaixo:

Quadro 14 – Característica dos encontros de PEI

As aulas/reuniões com os alunos submetidos ao PEI em suas disciplinas eram individuais ou em grupo? E como funcionavam estes encontros?	
Entrevistado 1	Foram em grupo porque era um grande número de alunos para atender e se fosse atender individualmente iria extrapolar minha carga horária
Entrevistado 2	Individuais. Me reuni com o discente e busquei identificar s suas dificuldades através de um teste rápido, após isto montamos um cronograma de atividades e estudos com os conteúdos que necessitávamos estudar e todo encontro trabalhávamos o conteúdo.
Entrevistado 3	Individuais e em duplas. Os encontros eram aulas voltadas para o tema do projeto/trabalho aplicado e depois reuniões que visavam colaborar com o aluno com a resolução do problema proposto
Entrevistado 4	Individuais em horários pré-agendados no laboratório.
Entrevistado 5	Foram feitas em grupo onde discutíamos os textos que levava para sala
Entrevistado 6	Individual. Marcava as reuniões toda semana para discutir os assuntos, tirar dúvidas e passar as metas de trabalhos para entrega

Entrevistado 7	Individuais e em algumas situações em grupo. Normalmente era feito uma explicação do tema da aula, depois havia um tempo para a leitura e discussão de texto, também foram realizados seminários e trabalhos
Entrevistado 8	Individuais. Me reunia com o aluno para tirar dúvidas, explanar sobre o assunto e trabalhar resolução de exercícios
Entrevistado 9	Grupo, 2 alunos
Entrevistado 10	Individuais, me encontrava com o aluno, conversávamos sobre o conteúdo a ser estudado, tirava dúvidas, resolvia alguns exercícios e marcava o retorno para verificação das atividades.
Entrevistado 11	Individual e em grupo. Teve PEI que foi individual porque só tinha um aluno, mas quando havia mais de 1 fazia em grupo
Entrevistado 12	Individual partindo da apresentação de um plano individual de estudos, considerando os conteúdos mais densos para o aluno.
Entrevistado 13	Encontramos semanais individuais
Entrevistado 14	individuais. Nos encontros, ministrava uma aula curta, passava, atividade e depois um trabalho a respeito
Entrevistado 15	Foram realizadas em grupo porque havia mais de um aluno no mesmo PEI
Entrevistado 16	Individuais. Me reunia com o aluno, conversava sobre o assunto sempre fazendo questionamentos e tentando fazer o aluno mostrar suas dúvidas, passava textos curtos que possibilitassem melhor compreender o assunto e por fim deixava um trabalho para ser entregue no próximo encontro
Entrevistado 17	Sempre individuais
Entrevistado 18	Individual, no máximo em dupla.
Entrevistado 19	Só participei com turmas de 2 ou 3 alunos.
Entrevistado 20	São em grupo e tinha uma metodologia de sala invertida com apresentação pelos alunos de suas dúvidas.
Entrevistado 21	Individuais, primeiro abordava com o aluno o tema da aula e deixava alguma atividade para trazer na outra aula e nela discutíamos sobre a atividade feita, as dificuldades encontradas e inseríamos o assunto novo no contexto. Quando o aluno apresentava dificuldades eu auxiliava na resolução das atividades principalmente usando o horário de atendimento ao estudante.
Entrevistado 22	Individuais
Entrevistado 23	Individual e as vezes o aluno não aparecia
Entrevistado 24	Em grupos, mas todos do mesmo semestre. Apresentava conteúdo, encaminhava pesquisa/trabalho a ser apresentado no encontro subsequente. Durante a apresentação discutíamos e aprofundávamos os assuntos e já direcionava a temática para o próximo encontro.
Entrevistado 25	Individual
Entrevistado 26	Individuais. Usava o Classroom para colocar o material de estudo e passar as atividades. Nos encontros tirava dúvida e dava explicações sobre o conteúdo.

Fonte – Elaboração Própria (2023)

Logo de início, chama a atenção a resposta de um docente que afirma ter um grande número de alunos no PEI e que optou por atender em grupo para não extrapolar sua carga horária. É sabido que a carreira do professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) com dedicação exclusiva limita sua carga horária em sala em 20 horas de sala de aula e as demais para planejamento de aulas, reuniões e atendimento ao aluno. A partir desta resposta podemos observar que possivelmente não há uma organização clara da carga horária docente relacionada ao PEI, de forma que possivelmente isto pode atrapalhar o planejamento e a

execução do plano. Outros professores também afirmaram realizar o PEI em duplas ou em grupo, ao todo 9 docentes assim responderam, inclusive relatando o uso de metodologias ativas, como a sala de aula invertida. É importante refletir também sobre a resposta de um dos docentes que afirmou trabalhar individualmente e em grupo, mas não deixou claro como era feita a diferenciação, apenas citando a realização de seminários. Alguns professores afirmam que as aulas eram realizadas em dupla, permitindo que os alunos trabalhassem juntos para resolver problemas ou desenvolver projetos. Esse trabalho em grupo também pode advir da necessidade de discutir e compartilhar ideias ou mesmo realizar trabalhos que poderiam ser feitos de forma compartilhada e que iriam ajudar numa melhor compreensão do conteúdo. A grande maioria dos docentes que responderam este questionamento, dezessete ao todo, afirmaram que as aulas eram individuais, permitindo que o professor trabalhasse de forma mais específica com as necessidades de cada aluno. O trabalho individual, assim exposto, acaba estando mais de acordo com a filosofia de um PEI enquanto modelo individualizado para se trabalhar os conteúdos. Também se observam nas respostas que as formas de organização das aulas variam. Alguns professores afirmam que as aulas começavam com uma explicação do tema da aula, seguida de tempo para leitura e discussão de textos. Outros afirmam que passavam atividades e trabalhos para os alunos resolverem entre um encontro e outro. Por fim, um docente afirma que trabalhava com o aluno para identificar suas dificuldades e desenvolver um cronograma de atividades e estudos com os conteúdos que necessitavam ser estudados. Este último relato está em concordância com muito do que se foi visto sobre PEI, principalmente no que concerne a identificação de dificuldades e desenvolvimento de cronograma para realização do plano. Uma das principais diferenças que chamam a atenção entre as formas de organização das aulas é que elas são realizadas individualmente, mas há muitos que realizam em grupo. O trabalho em grupo pode ser benéfico para alguns alunos, permitindo que eles discutam e compartilhem ideias e aprendam com os colegas. No entanto, pode ser desafiador para outros alunos, que podem se sentir sobrecarregados ou desvalorizados em relação aos colegas mais extrovertidos. As aulas individuais podem ser mais benéficas para esses alunos, permitindo que eles trabalhem em seu próprio ritmo e concentrem-se em suas próprias necessidades. Desta forma, considera-se que é importante que os professores considerem as necessidades individuais de seus alunos ao organizar essas aulas, oferecendo um ambiente que seja desafiador, mas também acessível e motivador para todos os alunos envolvidos.

Uma das situações que foram aventadas e questionada aos docentes era sobre como eram escolhidos e/ou indicados os alunos que deveriam participar do PEI. Esta pergunta e as respostas podem ser observadas no quadro 15, a seguir:

Quadro 15 – Existencia de alunos que não eram identificados como candidatos ao PEI

Existiu alguma situação de discente que, mesmo não tendo sido identificado como candidato ao PEI no conselho de classe, foi submetido a esta prática posteriormente em sua disciplina? Caso positivo, poderia descrever a motivação que levou ao fato?	
Entrevistado 1	Não
Entrevistado 2	Não
Entrevistado 3	Sim, um aluno que tinha que terminar o curso
Entrevistado 4	Não.
Entrevistado 5	Não existiu.
Entrevistado 6	Sim, houve um caso de um aluno que estava perto de concluir o curso e a coordenação o colocou pra fazer um PEI para que ele pudesse concluir, pois ele já estava atrasado demais no curso.
Entrevistado 7	Desconheço.
Entrevistado 8	Acredito que sim. A motivação deve ter sido a maior praticidade do PEI
Entrevistado 9	Sim, um aluno que estava bastante atrasado no curso
Entrevistado 10	Sim, mas não em minha disciplina, tratava-se de um discente que estava bastante atrasado no curso e precisava concluir o mesmo para ingressar na faculdade.
Entrevistado 11	Sim, quando a disciplina reprovada não possuía mais oferta no campus
Entrevistado 12	Não tive nenhum caso assim.
Entrevistado 13	Não tenho conhecimento.
Entrevistado 14	Não.
Entrevistado 15	Sim, não iria ser ofertada dependência então foi proposto um pei
Entrevistado 16	Sim, houve alunos que estavam há tempos no campus sem concluir o curso e foram submetidos ao PEI para que conseguissem terminar o curso
Entrevistado 17	Não
Entrevistado 18	Não existiu
Entrevistado 19	Não
Entrevistado 20	Não
Entrevistado 21	Não
Entrevistado 22	Não
Entrevistado 23	Não
Entrevistado 24	Não
Entrevistado 25	Não
Entrevistado 26	Não

Fonte – Elaboração Própria (2023)

A grande maioria dos docentes, dezoito ao todo, responderam que não observaram estas práticas, mas a partir das respostas dos entrevistados que responderam positivamente, pode-se inferir que a indicação para participação no PEI nem sempre é feita de maneira clara e objetiva, o que pode levar a situações em que alguns alunos são submetidos à prática sem que tenham sido previamente indicados para isso. Além disso, as respostas também indicam que o PEI é muitas vezes utilizado como uma solução para alunos que estão em situações de atraso em relação ao curso, seja por terem reprovado em disciplinas específicas, por não terem concluído o curso no tempo previsto ou por outras razões. Embora seja importante garantir que os alunos tenham as ferramentas e recursos necessários para concluir seus estudos, a utilização do PEI como uma solução para atrasos pode levantar questões sobre a qualidade do ensino e da gestão acadêmica da instituição. Além disso, o fato de que alguns alunos são submetidos ao programa sem terem sido previamente indicados para isso pode gerar desigualdades no tratamento dado

aos estudantes, especialmente se a seleção para participação no PEI não for transparente e baseada em critérios objetivos e é importante que a utilização do PEI não se torne a regra, mas sim uma exceção, a fim de garantir que todos os discentes tenham acesso ao mesmo conteúdo e oportunidades educacionais.

Ao fim da entrevista foi solicitado aos docentes que assim o desejassem que deixassem uma opinião sobre os aspectos positivos e negativos relacionados ao PEI, bem como sugestões. A este último quesito, apenas 22 docentes responderam e deixaram alguma opinião e/ou sugestão que pode ser observada no quadro 16:

Quadro 16 – Aspectos positivos e negativos do PEI na opinião docente

Por fim, caso seja de seu interesse, deixe-nos sua opinião sobre os aspectos positivos negativos da Aplicação do PEI no IFCE e alguma(s) sugestão(ões) sobre como deve ser a metodologia de formatação e aplicação do PEI junto aos discentes?	
Entrevistado 1	O PEI parece ser uma metodologia bem-intencionada, mas vejo que ainda precisa ser melhor estudada e organizada para que funcione como deva ser, de outra forma será só um jeitinho de esconder problemas de aprendizagem maiores
Entrevistado 2	Considero o PEI uma ferramenta interessante para recuperação de alunos comprometidos, que por algum motivo tiveram um déficit de aprendizado em uma etapa da disciplina.
Entrevistado 3	O IFCE deveria ter algum instrumental ou treinamento de como fazer um PEI, pois fica tudo na mão da gente e pra quem nunca viu nada assim é complicado.
Entrevistado 4	O PEI é algo muito interessante e auxilia os alunos para concluir seu curso, mas deveria haver algum acompanhamento ou instrumental para nortear o professor
Entrevistado 5	É um instrumento válido para permitir a progressão parcial do estudante, evitando retenção e evasão.
Entrevistado 6	A limitação de carga horária máxima é uma implicação significativa em alguns casos de estudantes que necessitam de maior tempo para lograr êxito.
Entrevistado 7	O PEI é uma boa metodologia, mas a carga horária de trabalho acaba atrapalhando um pouco, pois nosso horário muitas vezes é elaborado desconsiderando o PEI
Entrevistado 8	Acho que o PEI deveria ser considerado melhor na carga horária docente
Entrevistado 9	Acredito que o PEI seja uma excelente Ferramenta, pois tem sido possível combater um pouco o atraso que muitos alunos ficavam nos cursos.
Entrevistado 10	Hoje o PEI parece estar sendo mais fácil de se fazer, mas quando iniciou a maioria dos professores não sabia bem o que era, nem como era, mas com o tempo nos adequamos e hoje ele é uma boa metodologia para ser aplicada nos casos de alunos que reprovaram por pouca coisa.
Entrevistado 11	O PEI é uma metodologia excelente para ser trabalhado de forma individual, sinto falta dele ser tratado no aspecto de alunos com necessidades específicas, pois nas reuniões do conselho de classe só são encaminhados para o PEI alunos que reprovaram por pouca coisa e não vejo sendo dada atenção a situações de alunos que tem dificuldades de aprendizagem, por exemplo, pois quando ouvi falar em dispositivos de estudos individuais eram voltados para situações como estas. Acredito que deveria haver também uma orientação da DIREN ou CTP ou mesmo da PROEN quanto a formatação de um PEI, principalmente se ele for tratado como um instrumento para melhorar ou garantir a aprendizagem de alunos com dificuldades, sem contar que se faz necessário um olhar humano sobre o discente e um melhor acompanhamento para garantir a solidez pedagógica das ações do PEI.
Entrevistado 12	Acho o PEI uma metodologia interessante e inovadora. Acho que deve ser visto é a carga horaria dos professores que ficam com PEI para não ficar pesado.
Entrevistado 13	Acho que o PEI, sendo feito conforme dita o ROD é excelente, mas algumas vezes um professor pega um aluno de PEI sem nunca ter dado aula a este aluno e desconhecendo suas dificuldades e como não há um instrumental ou alguma ferramenta diagnóstica para saber o que deve ser abordado, fica complicado, sem contar que nas reuniões do

	Conselho muitas vezes se define fazer o PEI relacionado a etapa que o aluno tirou a menor nota e não sobre suas reais dificuldades.
Entrevistado 14	Achei o PEI algo bem legal, enxergo que seja uma metodologia a ser utilizada inclusive com alunos que tem dificuldades de aprender nas disciplinas e não apenas conforme diz o ROD. Acho que seja interessante partir sempre de um diagnóstico das dificuldades do aluno para então criar um plano de trabalho
Entrevistado 15	Positivo: diminui a retenção Negativo: Em geral não recupera o conteúdo
Entrevistado 16	O professor deveria ter mais tempo para realizar o PEI
Entrevistado 17	Não sou favorável ao PEI
Entrevistado 18	Uma grande vantagem é que pelo fato de ser um atendimento individual o estudante normalmente se sente a vontade para tirar as dúvidas.
Entrevistado 19	Deveria haver maior apoio da CTP no acompanhamento dos alunos em PEI
Entrevistado 20	Positivo: Avança o aluno com possibilidade de corrigir falhas na aprendizagem. Negativo é o currículo inchado dificultando encontrar horários disponíveis para os encontros.
Entrevistado 21	Sem mais.
Entrevistado 22	Acho que é necessária uma formação docente para compreender melhor a aplicação do PEI

Fonte – Elaboração Própria (2023)

Ao analisar as opiniões e sugestões dos entrevistados, foi possível constatar que a maioria deles enxerga o PEI como uma metodologia positiva, capaz de auxiliar na recuperação de alunos com déficit de aprendizado, evitando a retenção e evasão, bem como permitindo a progressão parcial dos estudantes. No entanto, alguns entrevistados apresentaram críticas ao PEI, destacando a falta de instrumental ou treinamento adequado para sua realização, a limitação de carga horária máxima e a falta de acompanhamento mais efetivo dos professores.

Entre as sugestões apresentadas, foi mencionada a necessidade de treinamento para os professores, a fim de que eles saibam como aplicar o PEI, além de um acompanhamento mais efetivo dos estudantes e orientação da CTP quanto à formatação do plano de trabalho. Também foi sugerido que o PEI seja utilizado com alunos que têm dificuldades de aprendizagem, e não apenas conforme o ROD, e destacou-se a importância de partir sempre de um diagnóstico das dificuldades do aluno para criar um plano de trabalho.

Chamam a atenção algumas respostas dos entrevistados, como a do entrevistado 3, que relata o desconhecimento por parte dos docentes desta metodologia, e os entrevistados 7, 8, 12 e 16, que relatam dificuldades inerentes à carga horária laboral que se torna incompatível e alta para realizar um bom trabalho de PEI. O entrevistado 13 chama a atenção ao fato de que professores ficam com PEI de alunos que não estudaram com ele, o que é contraditório com o ROD, que afirma que o PEI deve ser elaborado pelo professor que ministrou a disciplina ao aluno e que teria um real entendimento das dificuldades e necessidades do discente. O entrevistado 15 cita que o PEI não recupera o conteúdo, levantando questionamentos sobre a

eficácia da metodologia como ferramenta de aprendizagem. O entrevistado 17 não é favorável à aplicação do PEI na instituição, enquanto o entrevistado 20 chama a atenção para o currículo do aluno, que pode estar "inchado" e, assim, dificultar a disponibilidade de horários para os encontros e aulas.

4.4 Análise de dados da entrevista com os membros da CTP

A CTP do IFCE – Cedro é formada por 4 pedagogos(as) e 1 professora da área pedagógica que coordena a equipe. Para o desenvolvimento desta pesquisa houve um momento de entrevista com a CTP para buscar informações e dirimir dúvidas que tenham surgido no processo da pesquisa. Esta entrevista ocorreu de forma semiestruturada e foi gravada em arquivo MP4 para que pudesse facilitar a re-escuta das impressões e a transcrição de dados e informações relevantes a esta pesquisa.

Quando questionados sobre o conhecimento prévio do PEI antes de sua implantação no campus, os membros da CTP declararam desconhecer a metodologia até seu aparecimento no ROD em 2015 e que o campus foi o primeiro campus do IFCE a utilizar a metodologia do PEI. Informaram ainda que até o ano de 2019 todas as ações relacionadas ao PEI eram acompanhadas e de responsabilidade da CTP, mas após este ano este controle passou a ser feito pelas coordenações de curso, entretanto todos os instrumentais de acompanhamento do PEI até o referido ano ainda estão de posse da CTP.

A CTP observou que há uma baixa oferta de PEI e que muitos professores têm preferido deixar os alunos na dependência e as ofertas de dependência não estão ocorrendo no tempo que deveria ser conforme o ROD, no semestre posterior à reprovação, o que tem ocasionado que muitos alunos atrasem mais ainda o processo educacional onde atualmente há mais de 450 alunos dos cursos integrados que extrapolam o tempo normal de curso devido a situações como estas. Também foi observado que a baixa oferta de PEI deve-se ao fato de ser um trabalho individualizado que acarreta mais tempo e dedicação do docente e a cultura interna de condensar a carga horária do docente em 3 dias não favorece este tipo de trabalho, haja vista que isso acarreta dificuldades de encontrar horários livres para se trabalhar o PEI.

Quanto a forma de definição do PEI no conselho de classe há uma ressalva, pois se observa que não é feita nenhuma análise diagnóstica do aluno, mas há uma visão superficial em que se divide o ensino em primeira e segunda etapa e define-se que o aluno irá fazer um PEI daquela etapa que se pode perceber mais deficitárias e não dos conteúdos aos quais teve mais dificuldades e que podem estar fragmentados nas duas etapas do semestre. Na visão da CTP, esta prática vai na contramão dos objetivos e definições do PEI no ROD, pois da forma

que se faz há apenas uma avaliação subjetiva e que não favorece o olhar individual para as dificuldades do aluno durante o semestre. Nas reuniões do conselho não se observam declarações pelos professores das disciplinas sobre dificuldades em conteúdos específicos que possam demonstrar ou justificar um PEI, mas esta definição é feita exclusivamente pela nota no aluno nas etapas. E a CTP ainda esclarece que a prática docente, inclusive, não favorece que ocorra uma visão individualizada, haja vista que no semestre normal as aulas são genéricas e não há, pelos professores, um acompanhamento individual de seus alunos sobre as dificuldades que vão apresentando no semestre. Muitas vezes o critério da escolha dos conteúdos de PEI se dá mais por questões de conteúdos mais fáceis ou mais difíceis e não pela real dificuldade do aluno, não há nenhuma prática diagnóstica nem mesmo antes do aluno chegar à situação de ser reprovado para fazer um PEI. Durante todo o período em que a CTP acompanhou de forma efetiva o PEI, não houve nenhuma análise diagnóstica feita por algum docente antes de iniciar o PEI e definir os conteúdos a serem trabalhados.

Ainda sobre as definições do PEI durante o conselho de classe, foi relatado que no período do conselho de classe, após o final do semestre, o horário docente do semestre posterior já está definido e assim ele não contempla as necessidades de horários para os PEI's que surgirem, de forma que quando o semestre se inicia e os professores têm que ministrar PEI, precisa-se fazer um arranjo de horário que muitas vezes atrapalha ou sobrecarrega o discente para que este possa cursar a disciplina, pois o horário do semestre não é elaborado pensando nos casos de dependência ou PEI.

A CTP foi questionada sobre orientações, formações e instrumentais relacionados ao PEI, sobre isto, a coordenadora pedagógica informou que já houve nos primeiros anos uma orientação formativa sobre a formatação e aplicação do PEI, mas com o passar do tempo houve troca de docentes e os novos docentes não receberam esta formação, apenas quando procuram a CTP é que podem tirar uma dúvida. Neste âmbito, já ocorreu, principalmente no início, de professores que vieram relatar dificuldades na aplicação do PEI, como o aluno não levar a sério a disciplina, a ausência do aluno mesmo tendo marcado horário, entre outros, mas a maior dificuldade foi relacionada ao compromisso do aluno com o PEI. A CTP inclusive conclui que este fator pode ser decisivo na decisão de alguns professores não quererem aplicar o PEI. Contudo se observa que não ocorreu a busca da CTP para retratação de dificuldades pedagógicas relacionadas ao PEI. Atualmente, há uma proposta para se implementar na formação dos professores novas orientações sobre o PEI

Na visão da CTP, o docente acaba entendendo o PEI como um arranjo, uma “gambiarra”, por ser um meio mais rápido, não se ter todos os conteúdos a serem trabalhados,

por ter uma carga horária reduzida e, no olhar do professor, a disciplina não pode ser ministrada desta forma, mas o entendimento pedagógico é que o PEI não é toda disciplina, mas conteúdos pontuais a serem recuperados. Desta forma, se observa uma disparidade de visões sobre o objetivo do PEI e sua forma de aplicação o que, nestes termos, exige uma quebra do paradigma de “disciplina a ser aprendida” para “conteúdos a serem assimilados”.

Outra observação relevante é referente a prática de concatenar vários alunos que deveriam estar fazendo um PEI num só atendimento o que perde o caráter individual e torna-se coletivo. Geralmente quando ficam mais de um aluno reprovado em uma disciplina e é definido no conselho de classe que irão fazer um PEI, o professor faz o atendimento de forma coletiva, entretanto, durante o período que a CTP esteve responsável pelo acompanhamento do PEI, essa prática não foi observada ou relatada. Se observa também que a metodologia e o material utilizado no PEI muitas vezes são os mesmos que já foram utilizados em sala de aula na disciplina normal de forma que não há nenhuma nova abordagem metodológica que poderia sanar as dificuldades que o aluno encontrou durante um ano, se faz uma repetição do que já não deu certo. Isto, segundo a CTP, deve-se ao fato de que culturalmente o olhar docente costuma ser coletivo, em grupo o que atrapalha um olhar individual da aprendizagem e acaba por tolher a utilização de metodologias diferentes para tornar a aprendizagem efetiva.

Quando questionados sobre as situações de alunos que no conselho de classe não foram classificados como candidatos ao PEI e mesmo assim foram submetidos a esta metodologia uma das pedagogas da CTP relatou que há um problema sério com a oferta de dependência no campus, pois a orientação, segundo o ROD, é que se houver reprovação que resulta em dependência deve-se ser aberta imediatamente no semestre posterior a turma de dependência, mas no campus cedro as turmas são abertas pela demanda, quando há um número alto de reprovação, ficando muitas vezes alunos que deveriam fazer dependência esperando um ou dois semestres que se abra a turma de dependência ou uma turma normal da disciplina reprovada para cursarem, o que causa um travamento de alunos dentro do curso. Para solucionar este problema, a coordenação de curso, muitas vezes, faz o arranjo de direcionar alunos ao PEI para tentar amenizar e não atrasar os discentes, mas esta prática é incorreta, pois a dependência é diferente do PEI em sua essência. Na visão da pedagógica, essa problemática só será resolvida quando o campus tomar a prática de que quando houver reprovação numa disciplina, haja imediatamente sua oferta para não atrasar os alunos e não criar as situações que geram as distorções destes alunos que não são candidatos ao PEI estarem sendo inseridos num PEI. Entretanto, se entende que em disciplinas que apenas um aluno reprovou, para que não se abra uma turma de dependência apenas para um aluno o docente pode ofertar um PEI para este aluno

com todo o conteúdo e com carga horária adaptada para atender toda a demanda de aprendizagem do discente.

A CTP foi questionada sobre as situações em que docentes precisam aplicar PEI para alunos aos quais não lecionou, sobre isto, relatou-nos que geralmente ocorre quando o professor que deu aula da disciplina, por algum motivo, não está mais no campus ou se encontra de licença. São casos extremos, mas que acontecem devido à alta rotatividade de professores no campus. Entretanto como não há nenhum tipo de instrumental diagnóstico o professor que irá aplicar o PEI com certeza irá encontrar dificuldades.

Quanto a existência de um instrumental relacionado ao PEI, relatou-se que em 2016 foi criado um instrumental para o PEI que pode ser observado no anexo 1, mas este instrumental era similar ao programa de Unidade disciplinar - PUDS que constava informações básicas da disciplina, qual a carga horária, cronograma, metodologias e formas de avaliação e os conteúdos a serem ministrados e um quadro de registro onde o professor deveria registrar o que foi ministrado nos encontros, mas neste instrumental não havia nada que fizesse diagnóstico do estudante ou um acompanhamento mais profundo que permitisse observar a evolução do discente em relação às suas dificuldades. Após a CTP deixar de ser responsável pelo acompanhamento do PEI este instrumental não foi mais utilizado sendo a prática, a partir de então, de se criar um diário sem estar atrelado a nenhuma turma no sistema acadêmico onde o professor iria apenas registrar as aulas ministradas. Antes disso, não eram criados diários, mas as notas baixas na disciplina que o aluno reprovou eram substituídas por novas notas oriundas das avaliações no PEI.

Preocupantemente, a CTP informou que hoje não existe um diagnóstico preciso das situações de PEI na instituição, pois estes dados não chegam nem a CTP, Coordenação de ensino ou a DIREN, ficam apenas na coordenação de curso. Isto proporciona que não exista uma forma de estudar e buscar maneiras mais eficientes para a aplicação desta metodologia e nem de observar falas que possam estar ocorrendo e que possam prejudicar o aprendizado do aluno. Por isso, a CTP acredita que deve existir um instrumental que contemple o diagnóstico dos alunos, suas dificuldades de aprendizagem, os conteúdos que devem ser trabalhados e também a sua evolução durante a participação do plano e que este instrumental ou pelo menos as informações condensadas nele devem ser explicitadas para os demais organismos relacionados com o ensino da instituição.

Ao ser exposto aos dados em que haviam situações de que alunos reprovaram num PEI, a CTP declarou que enxerga o PEI como um plano que não possibilite reprovação, como ocorreu em alguns diários observados, mas sim um plano que possibilite o avanço do aluno.

Nesta visão, o PEI não poderia ser concluído enquanto o aluno ainda apresentasse dificuldades de aprendizagem que o impossibilitassem de avançar no curso e por ser um plano maleável no que concerne a sua carga horária, ela poderia ser ampliada para poder permitir a adequação às necessidades do aluno. Entretanto não há nenhuma orientação oficial e/ou documental para que isto ocorra, mas pela interpretação do ROD há um entendimento do PEI como uma forma de cursar a disciplina em que se está em débito de uma forma mais enxuta e concisa, mas que isto não exclui a possibilidade de reprovação no PEI. O entendimento pedagógico do PEI difere do que está contido no ROD e no que é feito usualmente no campus, pois o entendimento é de que o PEI seja algo similar a uma recuperação de aprendizagem enquanto o ROD equipara o PEI e a dependência como métodos para combater a retenção escolar.

Por fim, a CTP concluiu que o PEI não é discutido no campus em seus aspectos práticos e pedagógicos, apesar de ele acontecer continuamente e impactar diretamente na vida escolar de muitos discentes. Há uma falha que se observa ser proveniente da prática das coordenações de cursos que permitem abrir turmas de PEI quando cada PEI deveria ser tratado individualmente, esta prática acaba por permitir que se fira o caráter individual desta metodologia e assim não se atinja os reais objetivos de aprendizagem. E em uma última fala, a CTP informou que não houve em nenhum momento uma orientação oficial da Pró-reitoria de Ensino (PROEN) relacionada ao PEI, apenas sua inclusão no ROD sem que houvesse uma discussão aprofundada sobre a metodologia e a interpretação acabou ficando dispersa e livremente diferenciada em cada campi do instituto.

5

O PRODUTO EDUCACIONAL

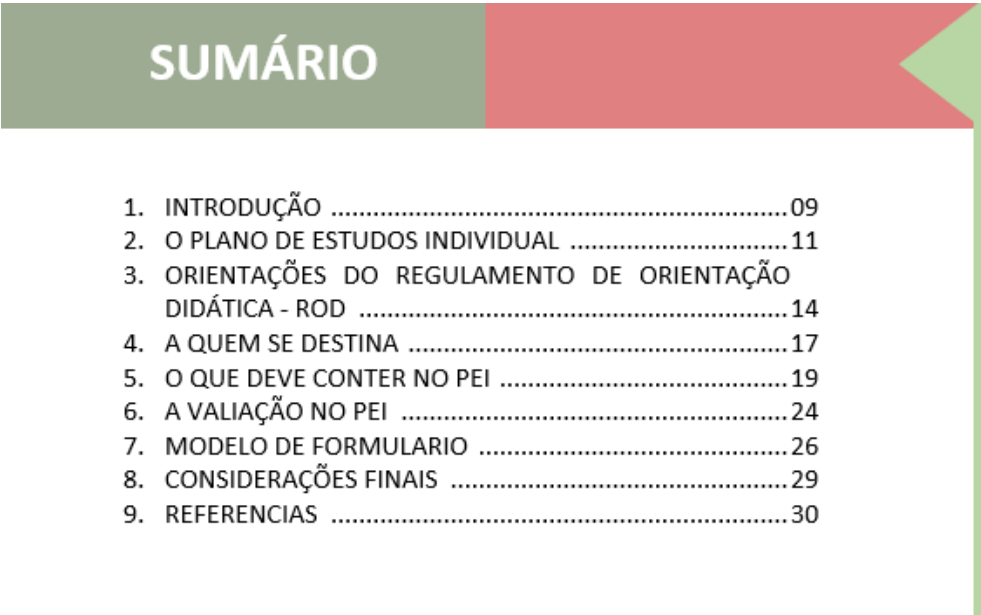
O produto educacional foi elaborado como requisito parcial para o obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica e constitui-se de um manual chamado “Guia de referência para a construção e execução do Plano de Estudos Individual – PEI”, o qual podemos ver sua capa na figura 1 e pode ser lido em sua completude no Apendice 4. A organização de seu conteúdo ocorreu a partir dos resultados colhidos na pesquisa que foi empregada neste estudo junto a discentes, docentes e corpo pedagógico do IFCE – Cedro e igualmente com conhecimento obtido a partir da extensa pesquisa bibliográfica executada previamente sobre o PEI.



Figura 1 – Capa do Produto Educacional
Fonte - Elaboração Própria (2023)

Foi confeccionado no formato de livreto e suas 31 páginas oferecem imagens e textos

abrangendo conhecimentos necessários para confeccionar e executar o PEI como ferramenta para combate a retenção escolar. O Público alvo deste produto são os educadores do IFCE – Cedro, extendendo-se a todos os educadores do IFCE, bem como outras pessoas que porventura se interessem pelo tema. Tem-se aqui o propósito de oferecer de forma sucinta e clara um subsídio sobre o PEI e permitir que ocorram reflexões e discussões acerca do tema, haja vista que se percebe ser um tema importante, mas que carece de discussões mais aprofundadas principalmente quando ao fazer pedagógico na utilização do PEI. Os assuntos tratados no produto educacional podem ser vistos na figura 2.



The graphic for the Table of Contents features a dark green rectangular box on the left containing the word 'SUMÁRIO' in white, uppercase letters. To the right of this box is a red arrow pointing to the right, with a green triangle at its tip. A vertical green line extends downwards from the bottom of the arrow.

1. INTRODUÇÃO	09
2. O PLANO DE ESTUDOS INDIVIDUAL	11
3. ORIENTAÇÕES DO REGULAMENTO DE ORIENTAÇÃO DIDÁTICA - ROD	14
4. A QUEM SE DESTINA	17
5. O QUE DEVE CONTER NO PEI	19
6. A VALIAÇÃO NO PEI	24
7. MODELO DE FORMULARIO	26
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
9. REFERENCIAS	30

Figura 2 – Sumário do Produto Educacional
Fonte: Elaboração Própria (2023)

A elaboração deste manual nasceu a partir de questionamentos que começaram a surgir a partir da implantação do PEI enquanto ferramenta para o combate a retenção de alunos no contexto da PPE ainda em 2015. Muitos docentes desconheciam o PEI e conforme os semestres seguiam se percebia que havia uma carencia de uma orientação ampla e ao mesmo tempo uma concatenação desta metodologia com a finalidade de que houvesse algum padrão ou norte para que os docentes soubessem como agir. Percebia-se que, aquém de algumas poucas ações, não havia nem no ROD ou em outro regulamento ou manual interno quaisquer orientação pedagógica sobre a confecção, execução e avaliação dos resultados do PEI. E somando-se a isto, havia uma crescente necessidade de entender se a execução destes planos estava realmente dando resultados positivos em relação a aprendizagem e aproveitamento dos alunos, bem como de perceber várias nuances que foram destacadas no escopo deste trabalho e que sem o devido esclarecimento, tais dúvidas poderiam gerar desinteresse docente em executar o PEI para os

alunos que dele necessitassem.

Cada conteúdo que compõe o manual tem a intenção de auxiliar o docente no entendimento do PEI para que ele consiga elaborar um plano eficiente e executar de forma eficaz, para tanto os primeiros 3 capítulos buscam dar um embasamento teórico sobre o que é o PEI e as orientações que existem no ROD, já os capítulos 4 ao 7 tratam de fomentos práticos relativos ao PEI. No capítulo 4 pretendeu-se fundamentar a quem se destina o PEI de forma que seja possível identificar se o discente deve ou não ser submetido ao plano ou se a estratégia de ensino deve ser outra. No capítulo 5 tratou-se de explicar sobre a escolha dos conteúdos que irão fazer parte do plano inclusive relacionando esta escolha a algum tipo de ação diagnóstica. No capítulo 6 disserta-se sobre a avaliação no PEI, suas características e diferenciações relacionadas à avaliação que é executada em outras metodologias de ensino. No capítulo 7 temos um modelo de formulário padrão que pode ser usado na confecção e aplicação do PEI, este formulário é dividido em 3 partes distintas: diagnóstico de aprendizagem Inicial, Programa de conteúdos e relato de aula.

Deve-se ressaltar que este manual não pretende ser definitivo nem exaurir todas as possibilidades de aplicação do PEI, mas servir como um guia construído a partir de reflexões pertinentes de todos os setores educacionais do campus. Se observa que a observância do que é descrito no manual podem auxiliar ao sucesso do PEI, mas isto não prende o fazer pedagógico do professor a um caminho único e uniforme, mas permite que ele possa traçar caminhos por onde a aprendizagem do discente pode ser reforçada e as metas contidas no plano elaborado podem ser alcançadas. Igualmente é mister frisar que tal instrumento deve estar em constante análise para modificações futuras que possam ser executadas a partir de sua utilização que pode gerar novas observações e necessidades.

Após a elaboração deste manual ele foi levado ao conhecimento de alguns componentes do corpo docente do campus para que pudessem avaliar e dar as suas opiniões sobre o que está contido nele. A receptividade do manual foi excelente, os professores se mostraram favoráveis a adoção da ferramenta como guia e gostaram da forma sucinta e clara como o tema é tratado. Destacaram a importância dos modelos de formulários e que eles sistematizam e padronizam os planos auxiliando no entendimento e acompanhamento dos mesmos o que pode garantir indicadores de sucesso de suas aplicações. Alguns docentes demonstraram uma preocupação clara não com o manual, mas com a aplicação do PEI levantando o mesmo questionamento que foi observado durante a pesquisa relacionado à carga horária alta de muitos docentes em detrimento a necessidade de executarem os planos. Também foi falado na importância de posteriormente ocorrer um seminário sobre o PEI para todo corpo docente, haja vista que muitos

não tinham conhecimento sobre a ferramenta e seria interessante cultivar este conhecimento para todos. Também foi ressaltado a importância de uma discussão mais ampla envolvendo a reitoria e que apresentassem não apenas este manual, mas toda a pesquisa para que pudesse haver uma reflexão institucional acerca do PEI.

Isto posto, o produto educacional elaborado possui tanto conteúdos como sugestões de estratégias para os docentes do IFCE – Cedro para o tratamento do PEI enquanto ferramenta para ser utilizada na PPE, haja vista que até este momento não há nenhum instrumental ou guia condensado que sirva de auxílio dentro deste contexto, de forma que temos aqui um passo importante para guiar e gerar reflexões sobre a elaboração e execução do PEI.

6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alcançando o final deste trabalho refletimos novamente sobre os aspectos inerentes às políticas relacionadas à progressão parcial de estudos no IFCE – Cedro, em particular no curso técnico integrado em eletrotécnica, e percebemos que ainda são um grande desafio para os docentes e para a equipe pedagógica adaptarem as estruturas de ensino e a própria cultura educacional para um aspecto individualizado visando atender as necessidades de ensino dos discentes. A motivação para que esta pesquisa fosse desenvolvida nasce justamente das dúvidas quanto a eficiência do PEI, bem como a aparente ausência de uma regulamentação e de uma orientação clara sobre como proceder em sua aplicação.

Num esforço para se por diante desta realidade e influenciá-la positivamente, este trabalho se esforçou para identificar os desafios desta prática que já existe e é aplicada no campus, com o fito de impactar no modelo educacional das práticas relacionadas à progressão parcial de estudos direcionando o ensino para as demandas verdadeiras dos discentes levando em consideração seus saberes e suas necessidades no contexto educacional para promover uma eficaz aprendizagem.

Não obstante o PEI já estar sendo oferecido como uma modalidade de progressão parcial de estudos desde o ano de 2016 no IFCE – Cedro, e já constar no ROD do IFCE desde o ano de 2015, não se tem dados conclusivos quanto à sua aplicação e seus resultados na aprendizagem dos alunos. Observou-se que houve um número expressivo de alunos submetidos ao PEI, mas além das notas registradas no sistema acadêmico, não há nenhuma informação sobre o andamento destes planos, nem da relação inerente a sua aplicação e o nível de aprendizagem alcançado pelos alunos.

Durante sua execução, este trabalho foi direcionado a compreender a visão discente, docente e pedagógica sobre o PEI e, satisfatoriamente, se obteve a opinião destes atores onde foi possível compreender as percepções sobre o PEI enquanto ferramenta do combate a retenção escolar, bem como adquirir sugestões de possíveis alterações na utilização do PEI dentro da realidade da instituição.

Numa primeira análise estatística foi possível observar que as disciplinas que tiveram o maior público de PEI durante o período estudado foram Português, Matemática e Química, coincidentemente, disciplinas que mais reprovam no ensino médio. Os questionários e entrevistas possibilitaram a coleta de dados relacionada a cada seguimento envolvido na aplicação do PEI, permitindo identificar o perfil educacional discente e docente relacionado ao PEI, os conhecimentos que os atores tem deste instrumental, a percepção de professores, alunos e pedagogos sobre a utilidade do plano no combate a retenção escolar, as dificuldades que são encontradas durante sua aplicação e elementos que podem ser ajustados de forma a tornar a utilização do PEI mais fácil eficiente e efetiva.

A adesão à pesquisa foi satisfatória haja vista que no universo discente foram entrevistados 70,49% do público alvo de 61 alunos submetidos ao PEI no período, no universo docente foi obtida a resposta de 87,7% dos 30 professores que aplicaram PEI no período e foi possível entrevistar todos os pedagogos (3 servidores) envolvidos no processo de ensino aprendizagem do curso técnico integrado em eletrotécnica. Portanto, pode-se afirmar que foi obtida uma amostragem significativa de onde se pode inferir sobre a realidade da aplicação do PEI.

No universo estudantil se observou que a grande maioria dos respondentes, 67,4%, fizeram o PEI apenas uma vez durante seu percurso educacional até o momento da pesquisa, o que é corroborado pela pesquisa documental que indica nestes termos 57,38% de alunos submetidos apenas uma vez e a diferença percentual é justificada pela ausência de respostas de alguns alunos. Em conjunto a estes dados foi observado que a grande maioria dos estudantes não conheciam o PEI antes de virem estudar no IFCE e isto pode ser um desafio na implementação do plano devido a falta de familiaridade.

No contexto de compreensão, a maioria dos alunos considera que o PEI realmente auxilia para que se obtenha uma melhor assimilação de conteúdo e conseqüentemente uma melhor aprendizagem, mas é importante lembrar que a efetividade do PEI depende de diversos fatores, como a qualidade da elaboração do plano, a dedicação do aluno, a orientação do professor, entre outros fatores.

A análise do universo dos professores nos permite ver que a maioria deles enxerga o PEI como uma metodologia positiva, capaz de auxiliar na recuperação de alunos com déficit de aprendizado, evitando a retenção e evasão, bem como permitindo a progressão parcial dos estudantes. No entanto, alguns entrevistados apresentaram críticas ao PEI, destacando a falta de instrumental ou treinamento adequado para sua realização, a limitação de carga horária máxima e a falta de acompanhamento mais efetivo dos professores. Também apresentaram

sugestões destacando a importância de partir sempre de um diagnóstico das dificuldades do aluno para criar um plano de trabalho. Foram relatados muitos problemas que vão desde a carga horária docente bem como a realização de PEI por professor que não realizou a disciplina com o aluno o que dificulta até mesmo o conhecimento das dificuldades e potencialidades do estudante.

A última coleta de dados se deu com a CTP. Igualmente ao seguimento discente e parte do docente, declararam desconhecer a prática do PEI até sua implantação através do ROD em 2015, mas informaram que o campus Cedro foi pioneiro em sua aplicação dentro do IFCE. Observaram que o trabalho individualizado do PEI demanda mais tempo e dedicação e que é imperativo ocorrer uma análise diagnóstica das situações discentes submetidas ao PEI. Também chamaram a atenção para retornar as formações docentes no sentido de orientar sobre a utilização do PEI. Apresentaram críticas à forma como o PEI é realizado no campus, mas destacaram que consideram uma ferramenta impar para auxiliar o desenvolvimento da aprendizagem discente enquanto se combate a retenção e o atraso escolar.

Conclui-se que o PEI aplicado nos integrados, em particular no curso técnico integrado em eletrotécnica, numa visão geral de cada segmento dentro do IFCE-Cedro, é uma metodologia positiva e que tem um potencial enorme para auxiliar a agregar conhecimento e alcançar aqueles alunos que por algum motivo não conseguiram obter êxito em suas disciplinas, mas há enormes desafios para sua aplicação plena que vão desde o despreparo e a falta de orientação existente a complicações envolvendo a distribuição de carga horária dos docentes e a utilização errática da metodologia com o intuito de apressar a conclusão de discentes que estão fora de faixa. Apesar dos problemas, foi observado que o PEI teve um reflexo positivo na aprendizagem discente e também resultou em situações positivas de aproveitamento acadêmico e de combate à retenção e ao atraso escolar, o que inclusive gera reflexos na redução da evasão por motivos de reprovação.

Ao se padronizar o PEI criando um instrumental onde inicialmente se terá informações de diagnóstico do discente para orientar o professor no seu desenvolvimento de forma que se tenha um ponto de partida conhecido sobre a situação de domínio de conteúdo que o aluno tem da disciplina e a partir daí o docente poderá definir quais conteúdos serão necessários serem trabalhados, quais as formas que irão ser trabalhados, quais serão as fontes utilizadas neste trabalho bem como as formas de avaliação contínua, incluindo também métodos para se observar como o aluno está se desenvolvendo durante o plano, sua frequência e compromisso, registros detalhados de cada encontro, aula ou reunião, será possível ter constância na aplicação do PEI dentro do curso, além de criar bases para que se tenham sempre informações precisas

de seus resultados e caminhos para melhoramentos contínuos.

Há ainda um desafio grande que se desenrola no contexto da gestão escolar para também adequar e integrar a carga-horária docente ao desenvolvimento do PEI, pois se observa que quando o horário semestral é elaborado ainda não se tem ocorrido os conselhos de classe que irão resultar nos PEI's que serão aplicados no semestre posterior, de forma que a coordenação e os docentes acabam tendo que rearranjar seus horários para fazerem este atendimento. E outro desafio consiste em padronizar e criar uma capacitação para todos os envolvidos no processo de aplicação do PEI para que sua execução esteja de acordo com o estabelecido pelo ROD. Ainda há uma necessidade maior de criar uma regulamentação que deverá provir da PROEN para que esta metodologia seja padronizada em todos os campi do IFCE, pois, até o momento, o único movimento neste sentido veio do próprio campus cedro que iniciou a discussão para a criação de uma minuta de regulamento, mas que esta discussão foi abandonada em 2019.

Em tempo, é preciso reconhecer os esforços que todos os atores do processo de ensino aprendizagem do IFCE-Cedro, em particular do curso técnico integrado em eletrotécnica, tem feito para garantirem a continuidade e o sucesso dos estudos de todos os discentes, mesmo diante de desafios e dificuldades permanecem firmes e buscam adaptar as metodologias para alcançar e prover uma melhor qualidade na educação. Dito isto, este trabalho espera contribuir para que a metodologia do PEI possa ser discutida mais profundamente, melhorada e aplicada de forma eficaz para garantir não apenas a aprovação, mas a verdadeira apropriação do conhecimento por todos os discentes que assim dela necessitarem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMI, Caroline Molin. **Desenvolvimento de questionário com imagens e escala likert para identificação do perfil de jogador**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- AGUIAR, B.; CORREIA, W.; CAMPOS, F. “Uso da Escala Likert na Análise de Jogos”. Anais do X Simpósio Brasileiro de Games. Porto Alegre: SBC, 2011. al.pdf
- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de Caso em Pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- BABBIE, Earl. Métodos de pesquisa de survey. 2.ed. Belo Horizonte, MG: Edições UFMG, 2003.
- BARBOSA, Eduardo Fernandes & MOURA, Dácio Guimarães de. **Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica**. B. Tec. Senac,39(2), 48-67. 2013
- BAYE, Ariane; CRAHAY, Marcel. Existem escolas justas e eficazes? Esboço de resposta baseado no PISA 2009. **Cadernos de Pesquisa**. Bélgica, v. 43, n. 150, p. 858 – 883, set./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010015742013000300007&script=sci_arttext>. Acesso em: 3 de maio de 2021
- BRASIL. Decreto nº. 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Crêa nas capitaes dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artifices, para o ensino profissional primario e gratuito**. Recuperado em 21 junho, 2023, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>
- _____. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro. Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Recuperado em 21 junho, 2023, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm
- _____. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional**. Brasília, 1996.
- _____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Recuperado em 21 junho, 2023, de http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf
- _____. Lei n. ° 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 17 jul. 2008. Recuperado em 22 junho, 2023, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm
- _____. **Decreto 2.208, de 17 de abril. Regulamenta o § 2.º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1995, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, 18 abr. 1997. Recuperado em 21 junho, 2023, de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm

_____. Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2005. **Dá nova redação ao § 5o do art. 3º da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994.** Diário Oficial da União. Brasília, 18 nov. 2005. Recuperado em 23 novembro, 2016, de https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm

_____. Lei n.º 12.513, de 26 de outubro de 2011. **Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec);** Diário Oficial da União. Brasília, 27 out. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** 2009. Recuperado em 21 junho, 2023, de http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profission

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Brasília, 2014.

_____. Resolução CNE/CEB n.º 04, de 6 de junho de 2012. **Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB n.º 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.** Recuperado em 22 junho, 2023, de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&

BRAUN, Patrícia; VIANNA, Márcia Marin. **Atendimento Educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano de ensino individualizado: Desdobramentos de um fazer pedagógico.** Seropédica, RJ: EDUR, p 23-34, 2011

BULHÕES, Paulo Ney Silva. **O estudo individualizado: Uma Experiência com o método Keller em cursos de graduação na UFRN.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Departamento de Ciências Administrativas. Natal. Rio Grande do Norte. 1992.

CABAÇO, Filipa Alexandra Almeida. **Formação de alunos histórica e geograficamente competentes no ensino básico-contributo das imagens e dos mapas mentais.** Dissertação (Mestrado em Ensino de 1º e 2º graus do Ciclo do Ensino Básico), Instituto Politécnico de Lisboa. Lisboa, 2015.

CAMPOS, E. C. V. Z. **Diálogos entre o currículo e o planejamento educacional individualizado (PEI) na escolarização de alunos com deficiência intelectual.** 172f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2016

COSTA, Maria de Pompéia Silva da e CHAGAS, Édio. **Manual de treinamento do método Keller, através da disciplina metodologia do ensino superior.** Florianópolis: Editora Universitária, 1980.

COUTO, G. S.; RIBEIRO, V. M.; ZART, L. L.; GENTIL, H. S. **Formação Continuada e intervenções pedagógicas: Ensino e Aprendizagem na Escola Estadual Ivone Borkowski de Lima.** Revista Prática Docente, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 1355-1373, 2020.

DA SILVA, Helder Antônio; NOVÔA, Nicássia Feliciano. Avaliação da Aplicação do Método

Survey em Artigos Sobre a Internacionalização de PME. **Multiverso: Revista Eletrônica do Campus Juiz de Fora-IF Sudeste MG**, v. 1, n. 2, p. 247-258, 2016.

DAL MORO, Marília Bervian. **O Exame Nacional do Ensino Médio e a constituição do estudante nota 1000: seja qual for a sua escolha, preste o ENEM!**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

ESCOTT, C. M. & MORAES, M. A. C. de. **História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “história, sociedade e educação no Brasil”. (pp. 1492- 1508). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 2012

FRANÇA. **Loi n. 2005-102 pour l'égalité des droits et des chances, la participation et la citoyenneté des personnes handicapées**, 2005. Disponível em: < <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000809647&dateTexte=>>. Acesso em: 15 de maio de 2021

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 55ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017

FREZATTI, Fabio et al. Reflexões sobre a viabilização de survey como abordagem metodológica para pesquisa em controle gerencial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 15, n. 1, 2021.

GALERY, Augusto Dutra e ALONSO, Daniela. **Caso Escola Alexandre Bacchi. As contribuições do paradigma da educação inclusiva nas práticas de sala de aula**. Guaporé, Rio Grande do Sul, Brasil. Acervo de casos do projeto “Diversa”. Rev.: Mar/2012. Disponível em: http://www.diversa.org.br/uploads/arquivos/caso_alexandre_bacchi_vf.pdf. Acesso em 14 de julho de 2021, v. 20.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. Plano Educacional individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. **Ciências Humanas e Sociais em Revista**, RJ, EDUR, v. 34, n. 12, p. 79-100, 2012.

HADDAD, Sérgio. **Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 2002.

IDEA, U.S. Department of Education's Individuals with Disabilities Education Act. **Education for persons with special educational needs act**, 2004. Disponível em: <<http://idea.ed.gov/explore/view/p/,root,dynamic,TopicalArea,1,>>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

IFCEEMNUMEROS. **IFCE EM NÚMEROS. 2021**. Disponível em <<http://ifceemnumeros.ifce.edu.br/>>. Acesso em 05 de maio de 2021.

ITÁLIA. **Legge 05.02.1992, n. 104**, 1992. Disponível em: < http://archivio.pubblica.istruzione.it/news/2006/allegati/legge104_92.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

KUENZER, A. Z. (org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do**

trabalho. Ed. Cortez. São Paulo, 2007

LOPEZ, Néstor. **Equidad Educativa y Desigualdad Social: desafíos de la educación em el nuevo escenario latinoamericano.** Buenos Aires: Instituto Internacional de Planeamiento de la Educación, 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001425/142599s.pdf>>. Acesso em: 3 de maio de 2021.

MANACORDA, M. A. **História da educação: da Antiguidade aos nossos dias.** 4. ed. Cortez. São Paulo, 1995.

MARQUES, Romualdo; FRAGUAS, Talita. **A ressignificação da educação: virtualização de emergência no contexto de pandemia da COVID-19.** *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 11, p. 86159-86174, 2020.

MELLO, Alessandra de Fátima Giacomet. **Plano educacional individualizado: a colaboração docente como processo, a aprendizagem e a inclusão escolar como propósito.** Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, Univali, 2019.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo: Hucitec, 2013.

MORAES, Glacimar Silva de et al. **Avaliação da sustentabilidade das cadeias de suprimento usando a escala likert e a lógica fuzzy.** 2019.

NIQUE, Walter; LADEIRA, Wagner. **Pesquisa de marketing: uma orientação para o mercado brasileiro.** São Paulo. Atlas, 2014.

NUNES, Cláudia Maria Costa. **A Máscara da Inclusão: Um estudo sobre a progressão parcial como política de Inclusão Social.** Dissertação (Mestrado em educação nas ciências) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí. Rio Grande do Sul. 2008.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Natal: IFRN, 2010.

PACHECO, José, EGGERTSDÓTTIR, Rósa, GRETAR, L. Marinósson. **Caminhos para Inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

PEREIRA, Débora Maria. **Análise dos Efeitos de um plano Educacional Individualizado no Desenvolvimento Acadêmico e Funcional de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

QUINTINO, Pinto de Aragão. **Educação pública nas escolas da região amazônica : experiências, desafios e estratégias** . 1 ed , Quipá Editora , Iguatu , pp. 78-86. 2021

ROD. **Regulamento da Organização Didática.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - Fortaleza, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1991.

SOUZA, Patrícia de Sá dias. **A reprovação e seus fatores no primeiro ano dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2016.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela e MENDES, Enicéia Gonçalves. **Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2018, v. 23 [Acessado 13 Julho 2021] , e230076. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230076>>.

TEIXEIRA, Adriana Helena; GUACHE, Ricardo. **A progressão parcial no ensino de Química (Noturno) e o uso das novas tecnologias da comunicação e da informação (TIC)**. XVI encontro Nacional de Ensino de Química e X Encontro de Educação Química da Bahia. Salvador. Bahia. 2012.

VIANNA, Márcia Marin; SILVA, Suzanli Etef; SIQUEIRA; Carla Fernanda de Oliveira. Plano Educacional Individualizado- que ferramenta é esta? In: **VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial**. Londrina de 08 a 10 de novembro de 2011, p. 2824- 2835.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski; DE SOUZA JÚNIOR, Antônio. **A educação profissional no Brasil**. Revista Interações, v. 12, n. 40, 2016.

VIEIRA, Armênia Chaves Fernandes; GALLINDO, Erica de Lima; CRUZ, Hobson Almeida. **Plano estratégico para permanência e êxito dos estudantes do IFCE**. Fortaleza: IFCE, 2017.

APÊNDICES

APENDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

IMPACTO DO PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL NA APRENDIZAGEM DISCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO DE CASO.

Nome do(s) responsável: Saulo de Lima Bezerra

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

No ano de 2015 foi criado o novo Regulamento de Organização Didática do Instituto Federal de Educação, Ciências e tecnologia do Ceará - IFCE em 2015 e nele foi instituída como política de progressão parcial de estudos, além da dependência, o programa individual de estudo (PEI). O PEI é um programa que tem por objetivo dar condições aos discentes que não tenham logrado êxito em até duas componentes curriculares não atrasarem seus cursos podendo ter uma dinâmica de estudos diferenciada de acordo com suas necessidades e deficiências de aprendizagem.

Esta política tem caráter inovador na realidade do IFCE, pois as práticas pedagógicas, até então como podíamos observar, ainda se baseavam em critérios generalísticos que não nos permitiam entrever as características individuais dos discentes, em contraponto a esta proposta. No entanto a adoção dessa política levanta muitos questionamentos quanto a sua eficácia, quanto a maneira mais eficiente de implantá-la e efetuar-la, bem como quanto as motivações e possíveis consequências no que concerne o aproveitamento, o rendimento escolar e a aquisição consciente de conhecimento por parte dos alunos.

Este projeto tem como objetivo geral Identificar os principais resultados do Plano Individual de Estudos na aprendizagem e aproveitamento acadêmico dos estudantes do curso Técnico Integrado em Eletrotécnica do IFCE-Cedro e para se chegar a este objetivo iremos efetuar levantamento bibliográfico e documental sobre Progressão Parcial de Estudos e Plano Individual de Estudo; levantar dados junto a coordenadoria de controle acadêmico e coordenação pedagógica acerca da retenção de alunos no curso Técnico Integrado em Eletrotécnica do IFCE Cedro; descrever o funcionamento e as exigências para a realização do PEI no IFCE Cedro;

obter e avaliar, a percepção e perspectivas docentes e discentes quanto a aplicação do PEI no IFCE – Cedro para concluir sobre o impacto do PEI na vida acadêmica dos discentes e por fim; criar um manual contendo ações de melhorias e/ou encaminhamentos para a metodologia dentro da abordagem e funcionamento do Programa de Estudo Individual já existente na instituição.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a: responder a um único questionário on-line onde constarão perguntas genéricas que possibilitarão ao pesquisador obter um panorama claro da execução do plano de estudos individual no campus e seus resultados. Tal questionário poderá ser rapidamente respondido numa previsão média de no máximo 10 minutos.

Desconfortos e riscos:

Você **não** deve participar deste estudo se se sentir desconfortável ou constrangido em respondê-lo. O questionário poderá gerar também algum grau de cansaço ou aborrecimento ao ser respondido e existe a possibilidade, mesmo que remota, de quebra de sigilo não-intencional ou quebra de anonimato.

Benefícios:

Ao fim desta pesquisa devemos chegar a um panorama real da aplicação do plano de estudos individuais no IFCE-Cedro que culminará na elaboração de um manual guia que permitirá um trabalho mais efetivo e eficiente do corpo docente refletindo nos níveis de aprendizagem e aproveitamento dos alunos do campus.

Acompanhamento e assistência:

Caso necessário, será dado acompanhamento psicológico e pedagógico aos participantes desta pesquisa, haja vista possuímos tal empenho de recursos humanos no campus onde a mesma ocorrerá.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

Você terá direito ao ressarcimento das despesas diretamente decorrentes de sua participação na pesquisa e à indenização pelos danos resultantes desta, nos termos da Lei.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores Saulo de Lima Bezerra, Endereço profissional: Alameda José Quintino, S/N, Departamento de Ensino, Curso de Sistemas de Informação, telefone: (88) 999650480, email:saulo@ifce.edu.br

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFCE das 08:00hs às 12:00hs e das 13:00hs as 17:00hs no IFCE Reitoria - R. Jorge Dumar, 1703 - Jardim América, Fortaleza - CE, 60410-426; fone (85) 34012332 e-mail: cep@ifce.edu.br

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do(a) participante:

Contato telefônico (opcional):

e-mail (opcional):

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Data: ____/____/____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Nome do(a) pesquisador(a):

[Assinatura do(a) pesquisador(a)]

Data: ____/____/____.

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO DICENTES

Questionário Discente

O seguinte questionário tem o objetivo de obter um panorama da aplicação do PEI – Plano de Estudos Individual, dentro do curso técnico Integrado em eletrotécnica do IFCE. As suas respostas a este questionário serão de enorme valia para que se alcance este objetivo.

1. Quantas vezes você foi submetido a um PEI?

- a. Apenas 1 vez
- b. 2 ou 3 vezes
- c. 4 vezes ou mais

2. Você conhecia alguma prática similar ao PEI antes de vir estudar no IFCE?

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

3. Em algum momento houve intenção de reprovar intencionalmente a disciplina para cursar o PEI?

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

4. Você considera o PEI uma forma mais fácil de concluir a disciplina?

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

5. Quanto ao seu nível de aprendizagem na disciplina, o PEI contribuiu para que você assimilasse mais o conteúdo?

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

Desde já agradeço sua participação e disponibilidade em responder este questionário.

APÊNDICE 3 – QUESTIONÁRIO DOCENTE

Questionário Docente

O seguinte questionário tem o objetivo de obter um panorama da aplicação do PEI – Plano de Estudos Individual, dentro do curso técnico Integrado em eletrotécnica do IFCE. As suas respostas a este questionário serão de enorme valia para que se alcance este objetivo.

1. Eu já conhecia o Plano de Estudos Individual ou alguma prática similar de combate à evasão e ao atraso escolar.

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

2. Fui orientado(a) quanto à formatação e aplicação do PEI com meus alunos.

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

3. Encontrei dificuldades para a formatação e aplicação do PEI com meus alunos.

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

4. O PEI é uma forma eficiente para se conseguir alcançar os objetivos de aprendizagem com seus alunos.

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente

e. Discordo Totalmente

5. O PEI é a forma mais viável de garantir a continuidade do estudo enquanto se preserva o caráter educacional pedagógico da aprendizagem.

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

6. O PEI é uma forma mais fácil de lograr êxito nos componentes curriculares.

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

7. O PEI tem gerado reflexos positivos no desempenho escolar dos estudantes.

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

8. Observei que houve alunos reprovando intencionalmente a disciplina para tentar ser submetido ao PEI.

- a. Concordo plenamente
- b. Concordo parcialmente
- c. Indiferente
- d. Discordo parcialmente
- e. Discordo Totalmente

9. Durante a aplicação do PEI, quais foram as metodologias (Aulas, encontros, reuniões, trabalhos, avaliações) adotadas por você em suas disciplinas?

10. Foi adotado algum material didático (livros, apostilas etc.) para a aplicação do PEI diferentes do que é adotado normalmente na disciplina?

11. As aulas/reuniões com os alunos submetidos ao PEI em suas disciplinas eram individuais ou em grupo? E como funcionavam estes encontros?

12. Existiu alguma situação de discente que, mesmo não tendo sido identificado como candidato ao PEI no conselho de classe, foi submetido a esta prática posteriormente em sua disciplina? Caso positivo, poderia descrever a motivação que levou ao fato?

13. Por fim, deixe-nos sua opinião sobre os aspectos positivos negativos da Aplicação do PEI no IFCE e alguma(s) sugestão(ões) sobre como deve ser a metodologia de formatação e aplicação do PEI junto aos discentes?

Desde já agradeço sua participação e disponibilidade em responder este questionário.

APÊNDICE 4 – PRODUTO EDUCACIONAL

APRESENTAÇÃO

Prezado leitor,

Este manual se apresenta como um guia construído a partir dos dados obtidos através da pesquisa de mestrado intitulada “IMPACTO DO PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL NA APRENDIZAGEM DISCENTE NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM ESTUDO DE CASO”. Desenvolvida sob a orientação do prof. Dr. Ricardo de Andrade Araújo e vinculada ao programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão Pernambucano).

Este material é a concretização do produto educacional, requisito parcial para a obtenção do título de mestre no curso supracitado. Todo conteúdo que será exposto foi organizado a partir dos estudos sobre o Plano de Estudos Individual (PEI) utilizado como forma de combate a retenção escolar no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e todo público envolvido em seu processo seja discente, docente e equipe pedagógica do campus Cedro.

Todo conteúdo exposto foi dado ao conhecimento e avaliação da equipe de ensino do referido campus para que pudesse passar por seu crivo e vir incrustado das qualidades que poderão o tornar útil dentro do fazer pedagógico e das práticas de ensino da instituição.

Nosso objetivo com este produto é dar subsídios, informações e um norte para que os envolvidos na elaboração do PEI possam fazê-lo com excelência. Esperamos por fim estar contribuindo para melhorar as práticas docente-pedagógicas e prover qualidade de ensino no combate a retenção escolar utilizando o PEI.

Boa Leitura!

Saulo de Lima Bezerra

Ricardo de Andrade Araújo

1. INTRODUÇÃO	09
2. O PLANO DE ESTUDOS INDIVIDUAL	11
3. ORIENTAÇÕES DO REGULAMENTO DE ORIENTAÇÃO DIDÁTICA - ROD	14
4. A QUEM SE DESTINA	17
5. O QUE DEVE CONTER NO PEI	19
6. A AVALIAÇÃO NO PEI	24
7. MODELO DE FORMULARIO	26
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
9. REFERENCIAS	30

1. INTRODUÇÃO

No ano de 2015 foi criado o novo Regulamento de Organização Didática (ROD) do IFCE e nele foi instituída como política de Progressão Parcial de Estudos (PPE), além da dependência, o Plano de Estudo Individual (PEI). O PEI é um plano que tem por objetivo dar condições aos discentes que não tenham logrado êxito em até três componentes curriculares não atrasarem seus cursos podendo ter uma dinâmica de estudos diferenciada de acordo com suas necessidades e deficiências de aprendizagem. Esta política tem caráter inovador na realidade do IFCE, pois as práticas pedagógicas, até então como podíamos observar, ainda se baseavam em critérios generalísticos que não nos permitiam entrever as características individuais dos discentes, em contraponto a esta proposta.

Segundo IFCEEMNUMEROS (2021), desde o ano de 2015, ano de implantação do PEI, ingressaram 3105 alunos novos em todas as modalidades de ensino, em particular, o curso técnico Integrado em Eletrotécnica recebeu 227 novos alunos neste período, tendo atualmente 1373 alunos matriculados. Neste mesmo período temos um universo de 603 alunos com situação de reprovação em alguma disciplina do curso técnico integrado em eletrotécnica. Esta quantidade de alunos perfaz um total de 43,92% de alunos matriculados em todos os semestres e que durante seu caminho escolar acabaram por não obterem sucesso em alguma disciplina e encontram-se em alguma situação de retenção escolar cursando dependência, PEI ou mesmo totalmente retidos com prejuízo à conclusão de seu curso em tempo normal.

No entanto a adoção dessa política levantou muitos questionamentos quanto a sua eficácia, quanto a maneira mais eficiente de implantá-la e efetuar-la, bem como quanto as motivações e possíveis consequências no que concerne o aproveitamento, o rendimento escolar e a aquisição consciente de conhecimento por parte dos alunos.

Nosso trabalho propõe refletir o fazer do Plano de estudos Individual e a partir disto contribuir para que os planos desenvolvidos no IFCE – Cedro possam refletir as necessidades

dos alunos e cooperar para que os docentes possam elaborar seus planos de forma a tornar o trabalho pedagógico através do PEI mais eficiente para alcançar os objetivos de aprendizagem e sucesso discente.

2. O PLANO DE ESTUDOS INDIVIDUAL

O ensino individualizado é o atendimento das diferenças individuais dos alunos, levando-se em conta: seu ritmo de aprendizagem seus interesses e motivações, seus conhecimentos prévios, seus estilos de aprendizagem. Normalmente é utilizado em termos de práticas de inclusão escolar, mas também vem sendo utilizado como ferramenta no combate à evasão e retenção escolar.

A evasão e a repetência se apresentam como problemas educacionais generalizados e suas razões se relacionam a múltiplos fatores de ordem política, ideológica, social, econômica, psicológica e pedagógica e à ausência de metodologias de ensino que incorporem e articulem os conhecimentos dos quais os alunos são portadores. (HADDAD, 2002).

A retenção escolar não é um resultado único e objetivo, mas que esconde muitas variáveis qualitativas que se relacionam com diversos atores educacionais (Professores, gestores, cultura familiar, aluno). É necessário haver uma mudança de paradigmas quanto ao tema reprovação e que esta mudança é um verdadeiro desafio a nível nacional quando se observa os índices de reprovação em todo percurso histórico das escolas. (SOUSA, 2016)

Nesse contexto a lei nº 9.394, de dezembro de 1996 estabelece que instituições que adotam a progressão regular por série podem admitir formas de PPA, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino (BRASIL, 1996, p.18)

A nível de IFCE, o Regulamento de Organização Didática - ROD, na Seção VI artigos 115 e 117 estabelece a adoção de regime de PPA na forma de dependência ou PEI para os alunos retidos em até dois componentes curriculares. A forma de PPA, a qual o estudante deverá ser submetido, é definida pelo docente do componente curricular, em conjunto com o coordenador do curso e o conselho de classe, conforme norma estabelecida no artigo 34 da resolução CONSUP nº 035, de 13 de junho de 2016. Esta definição é formalizada levando-se em conta o processo de evolução do estudante, observado durante todo o período letivo, bem como as dificuldades apresentadas pelo discente. (ROD, 2015).

Apesar de não ter uma regulamentação a nível federal que torne obrigatório a utilização do PEI, a LDB orienta sobre a importância da individualização do ensino e que os sistemas de

ensino devem providenciar ajustes necessários no contexto escolar para atender as necessidades dos alunos (BRASIL, 1996).

A individualização do ensino mesma não se trata de segregação do ensino ou da criação de um currículo a parte, mas de transpor as estratégias vinculadas ao ensino e à aprendizagem de forma que as necessidades educacionais individuais de cada sujeito possam ser atendidas de forma coerente. (PEREIRA, 2014)

Planejar pessoalmente a educação é algo que nasce com a própria educação ocidental, sendo identificadas metodologias de ensino personalizado dentro do movimento da Escola Nova, no final do século XIX, de forma que tal prática pode se configurar, inclusive, como uma evolução nos métodos educacionais. (TANNUS-VALADÃO E MENDES, 2018)

No PEI poderão ser traçadas as estratégias de intervenção que melhor se adequem ao aluno, pois neste instrumento estarão apresentadas informações sobre o desenvolvimento do estudante, suas potencialidades e dificuldades sendo uma promissora alternativa ao oferecer, de forma clara, parâmetros a se atingir com cada aluno sem que isto seja encarado como algo na contramão das propostas curriculares do curso que o aluno está inserido. (VIANNA, SILVA E SIQUEIRA, 2011)

A utilização desta ferramenta ajuda o professor a conhecer melhor o seu aluno enfatizando o que ele sabe, o que precisa aprender emergencialmente, como será ensinado, que recursos devem ser utilizados e como melhor avaliá-lo. O PEI detecta o que o aluno já sabe fazer e o que ele ainda vai poder mostrar como caminho de crescimento, desta forma observa-se que este instrumento tem um enorme potencial de contribuição para a aprendizagem do aluno e para as metodologias. (GALERY E ALONSO, 2012)

Nos próximos capítulos vamos discorrer um pouco mais sobre o PEI e apresentar uma proposta de formulário para que o leitor possa ampliar seu entendimento desta ferramenta e sua elaboração no âmbito do combate a retenção escolar.

3. ORIENTAÇÕES DO REGULAMENTO DE ORIENTAÇÃO DIDÁTICA – ROD

O Regulamento de organização didática do IFCE disserta na sessão VI sobre a progressão parcial de estudos – PPE que é concedida àqueles discentes dos cursos técnicos integrados que não tiveram rendimento satisfatório em até duas componentes curriculares, podendo assim serem promovidos para o semestre ou ano seguinte.

No artigo 117 o ROD informa que a PPE pode ser oferecida como dependência ou PEI e no inciso 1º deste mesmo artigo detalha o entendimento do PEI para o IFCE

Ainda discorre no artigo 118 que a forma de PPE a qual o discente deverá ser submetido será definida pelo docente do componente curricular, em conjunto com o coordenador do curso ou conselho de classe, quando houver, e esta definição deverá ser feita no prazo compreendido entre o período letivo que se encerra e antes do início do período letivo seguinte. Neste caso, com a existência do conselho de classe em todos os cursos do IFCE esta definição, de preferência,

ROD, Sessão VI - Artigo 117 - § 1º

O plano de estudo individual é a forma de PPE em que será cursado pelo (s) estudante (s) até 30% do total da carga horária do componente curricular, no qual ocorreu a reprovação no período letivo anterior, sendo detalhado em um plano elaborado e orientado preferencialmente pelo mesmo professor do componente cursado.

deve acontecer no momento da reunião do conselho, entretanto não se excetua ocorrer a definição do PPE fora do conselho de classe por motivos superiores desde que seja feita pelo professor da disciplina junto ao coordenador de curso.

Neste mesmo artigo, no inciso 1º tem-se que para definir a forma de PPE deverá ser considerado o processo de evolução do estudante, observado ao longo do período letivo e o grau de dificuldade de aprendizagem do estudante.

Quando o aluno for submetido a um PEI de uma disciplina que exige conteúdo prático, o artigo 121 preconiza que no plano obrigatoriamente deve ser informado a carga horária que será destinada às práticas e que esta carga horária deve ser considerada suficiente para que o estudante possa superar suas dificuldades de aprendizado.

Não há no ROD um detalhamento do que deverá conter no PEI, mas o artigo 122 obriga que se informem os conteúdos, a metodologia de acompanhamento que o docente irá utilizar, inclusive os tipos de atividades que serão utilizadas, a quantidade de encontros e os critérios e instrumentos avaliativos.

A aprovação do estudante, segundo o artigo 123 dever-se-á ocorrer mediante a constatação pelo docente de desempenho satisfatório e esta constatação pode ocorrer antes do término do período letivo, mas deve-se observar a carga horária prevista no plano. E em caso de necessidade, o artigo 124 traz a possibilidade de prorrogação do prazo de execução, desde que sejam observados os critérios estabelecidos no artigo que são.

O discente demonstrar empenho ao longo do processo de PPE;

A prorrogação ocorra no período letivo vigente;

No caso de haver prorrogação novas estratégias de ensino deverão ser estabelecidas, devem ser também definidos novos instrumentos avaliativos e os conteúdos deverão ser redefinidos caso tenha ocorrido avanço durante o processo.

O ROD estabelece que os resultados de desempenho devem ser registrados no sistema

acadêmico, o Plano Pedagógico do Curso deve apresentar as orientações sobre o PPE e estabelece que a coordenação de curso, junto com a CTP e o conselho de classe devem acompanhar os estudantes submetidos à PPE, além de apoiar o trabalho docente.

As informações do ROD, apesar de precisas, ainda deixam brechas de entendimento, por isto, este guia pretende auxiliar a melhorar este entendimento e sugerir um caminho de planejamento e execução que, caso adotado, possa melhorar a utilização desta ferramenta

4. A QUEM SE DESTINA

Uma grande dúvida que passa na cabeça de todo educador do IFCE é como definir se um aluno é candidato ao PEI. Longe de se analisar apenas notas de forma quantitativa, há de se observar o desenvolvimento, o desempenho, o comprometimento do discente durante todo semestre da disciplina em que ficou retido.

É importante fazer questionamentos básicos, tais como: As notas deste aluno refletem o seu interesse na disciplina? Como foi a participação do discente nas aulas e nas atividades? Quais foram os conteúdos em que apresentou maior dificuldade e por quê? Quais foram os conteúdos que conseguiu sucesso na

ROD, Sessão VI - Artigo 118 - § 1º

Para definir a forma de PPE deverá ser considerado o processo de evolução do estudante, observado ao longo do período letivo e o grau de dificuldade de aprendizagem do estudante.

aprendizagem e por quê? Este aluno passa por algum tipo de dificuldade social, pessoal ou familiar que tenha lhe impedido de ter tido um bom desempenho? O discente conseguiu se adequar a minha metodologia de ensino e/ou avaliação? Todos estes questionamentos estão de acordo com o que está exposto no ROD em seu artigo 118 inciso 1º.

Percebe-se que é relevante conhecer o aluno e o seu andamento durante o semestre. E Aqui se chama a atenção para que se crie uma relação de confiança pedagógica entre o docente e o discente, pois isto favorece o entendimento e a expressividade do aluno, inclusive permitindo que ele explicita suas dificuldades durante o semestre.

Dito isto, afirma-se que é necessário ao professor, assim como ao coordenador e o conselho de classe analisar o caso de cada discente para determinar se o aluno é candidato ao PEI. Percebe-se que comumente são aqueles discentes que não obtiveram sucesso em uma parte do conteúdo por algum motivo, aqueles que se percebe o seu rendimento oscilando durante as etapas do semestre e percebe-se que o motivo desta oscilação pode ter sido externo e que refletiu em seus estudos, assim como àqueles a qual a metodologia utilizada durante o semestre não conseguiu alcançar sendo necessário uma nova abordagem.

É indispensável que ao fazer esta análise se observe a restrição que o ROD determina em relação à carga horária do PEI, pois está não pode exceder em 30% da carga horária normal

da disciplina. Então neste momento é importante saber se o conteúdo a ser trabalhado é possível de sê-lo dentro desta carga horária, pois contrário a isto este aluno deve ser encaminhado à dependência.

Enfim, uma tarefa árdua, mas necessária para não ser injusto como os discentes e para poder implementar um PEI de qualidade e que venha a levar o discente no sentido da aprendizagem e da promoção escolar.

5. O QUE DEVE CONTER NO PEI

A partir dos dados coletados durante a pesquisa, das informações e visões diferentes de alunos, professores, técnicos em assuntos educacionais e pedagogos, pode-se perceber alguns pontos que são considerados importantes e que auxiliarão a elaborar o PEI.

A visão obtida permite dividir o PEI em três partes distintas: Diagnóstico de aprendizagem inicial, programa de conteúdos e estratégias e registros de acompanhamento. Cada uma destas partes deve ser observada com atenção e cuidado, pois elas têm desdobramentos e informações fundamentais para o bom andamento de um PEI.

O diagnóstico de aprendizagem inicial é uma ferramenta essencial para identificar o nível de domínio do discente nos conhecimentos, habilidades e competências da disciplina. Ela

Ao se fazer este diagnóstico, o docente deve identificar as necessidades educacionais do aluno, detectar suas dificuldades e suas forças.

possibilita mapear tanto os pontos fortes quanto as dificuldades do aluno, funcionando como um verdadeiro diagnóstico. As informações fornecidas por essa ferramenta têm o propósito de orientar o planejamento do professor e auxiliar na escolha de intervenções pedagógicas adequadas, visando promover a melhoria dos pontos identificados como fracos. Além disso, a avaliação diagnóstica permite que o professor adapte suas abordagens e estratégias de ensino de acordo com as necessidades específicas de cada aluno, estimulando seu progresso e ajudando-o a alcançar níveis mais elevados de competência

Para obtenção destas informações o docente deve levar em conta: o que já conhece do aluno; o seu andamento na disciplina durante o semestre em que foi retido; suas notas; sua frequência nas aulas; as dificuldades apresentadas em cada conteúdo da disciplina; as dificuldades pessoais dentro de sala de aula que podem ter contribuído em sua desenvoltura.

Igualmente, sempre que necessário, pode-se buscar o apoio junto ao setor psicológico e pedagógico da instituição para contribuir na detecção de qualquer problema que possa ter impactado em seu aprender. Interessante também, neste momento, é trazer o discente para que

ele também auxilie neste diagnóstico apontando suas dificuldades não apenas em relação a conteúdo, mas também a metodologia.

Aqui podemos ter uma grande dificuldade, pois o diagnóstico prevê o conhecimento prévio do aluno e foi levantado durante a pesquisa que já ocorreram vezes em que o professor que iria ministrar o PEI não era o mesmo que ministrou a disciplina originária da retenção. Este fato gera uma dificuldade de diagnóstico da aprendizagem inicial, mas pode ser contornado facilmente a partir da existência de um diálogo entre o novo docente e o aluno, criando um relacionamento de confiança pedagógica entre eles.

Tão importante quanto detectar as dificuldades será é detectar no que o aluno é bom, em que ele se identifica para facilitar o planejamento das estratégias educacionais que serão utilizadas durante a execução do PEI.

A realização de uma avaliação formal para diagnóstico não é recomendada, pois esse tipo de ferramenta pode ocultar o verdadeiro aprendizado do aluno, especialmente quando ele já se encontra em uma situação de fragilidade devido à retenção. Em vez disso, é aconselhável utilizar uma abordagem de avaliação mais subjetiva, por meio de diálogos relacionados à disciplina, gamificação ou outras metodologias que permitam compreender o universo de

Uma abordagem de diálogo interessante seria, por exemplo, na disciplina de literatura, engajar o aluno em uma conversa informal sobre um determinado tema e utilizar essa conversa como uma oportunidade para observar o seu conhecimento, sem deixar explícito que se trata de uma avaliação formal:

Olá, Fulano! Estava refletindo sobre o modernismo e sua importância para a literatura brasileira. Você se lembra de termos discutido isso em sala de aula? Agora, estou tentando recordar os nomes dos autores cujas obras estudamos. Você consegue se lembrar de algum autor específico? Será que essas críticas à tradição eram mais presentes no modernismo ou no parnasianismo?

Dessa forma, é possível criar um ambiente descontraído e aberto para a troca de conhecimentos, permitindo ao professor avaliar o nível de compreensão do aluno sem gerar pressão ou expectativas excessivas.

conhecimento do aluno em relação à unidade curricular em questão. Dessa forma, é possível obter uma visão mais abrangente e autêntica de sua aprendizagem.

Após realizar o diagnóstico, torna-se possível desenvolver um programa de conteúdos a serem abordados, juntamente com as estratégias a serem utilizadas. Nessa etapa, é crucial tomar cuidado para evitar a repetição de métodos que se mostraram ineficazes, a fim de garantir o progresso contínuo do aluno.

É nesse momento que surgem oportunidades para enriquecer o ensino com a utilização de recursos didáticos diversificados, como materiais interativos, gamificação, tecnologias educacionais e abordagens diferenciadas, como a aprendizagem baseada em projetos ou por

meio de problematizações. Além disso, é essencial criar um ambiente de aprendizagem acolhedor, que valorize a participação ativa do aluno, o diálogo, o respeito às diferenças e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

As estratégias mencionadas anteriormente desempenham um papel fundamental ao fornecer os recursos necessários para que o aluno obtenha sucesso em alcançar os objetivos de aprendizagem propostos no PEI. Nesse sentido, as estratégias adotadas devem ser cuidadosamente selecionadas e implementadas, de modo a promover o engajamento, a motivação e o progresso acadêmico

É fundamental ressaltar que a implementação eficaz dessas estratégias requer uma constante reflexão e avaliação por parte dos educadores, a fim de adaptá-las às necessidades individuais do aluno, estimulando seu crescimento e favorecendo a consecução dos objetivos de aprendizagem estabelecidos no PEI.

do discente. Ao adotar tais estratégias, os professores contribuirão para que os discentes tenham um maior aproveitamento das atividades propostas, potencializando suas habilidades e competências, e promovendo o desenvolvimento integral do aluno.

Os registros de acompanhamento servirão como relatórios onde o docente, a coordenação de curso e a CTP poderão observar o andamento e a evolução do discente. As informações colocadas nestes registros deverão contemplar não apenas os conteúdos trabalhados no encontro, mas também as metodologias utilizadas, materiais, dificuldades encontradas, pistas de evolução do aprendizado do aluno, entre outras informações que podem auxiliar no entendimento dos aspectos práticos do PEI.

Estes registros servirão como um “diário de bordo”, pois além de fornecer as informações do que foi feito durante o encontro, irão conter as impressões do docente sobre o andamento do encontro com riquezas de informações que o simples registro em diário não contém.

É algo importante que tais registros sejam feitos, haja vista que, como afirma Machado (2021), o ato de escrever traz consigo a reflexão. E, apesar de aparentar ser um registro pessoal, com uma natureza e estrutura flexível, ele deve apresentar elementos imprescindíveis para que não ocorra de ser apenas um registro descritivo e sem nenhuma reflexão sobre as ações e seus possíveis resultados.

Inicialmente deve-se refletir em quais objetivos deveriam ser alcançados com a aula, igualmente verificar se as estratégias utilizadas na aula conseguiram auxiliar o aluno e quais mudanças podem ser feitas. Importante também é refletir se as atividades foram adequadas, se será preciso rever ou reforçar o assunto. Deve-se também inferir sobre os fatores que auxiliaram ou atrapalharam a condução do encontro, quais questionamentos surgiram e como o discente

interagiu durante toda a atividade.

Claro que não se pode esperar que o registro seja apenas uma séria de perguntas e respostas, mas devido a seu caráter reflexivo/narrativo, ele deve ser construído de forma a facilitar a análise da prática para construir um caminho de aprendizado consistente ao aluno.

6. A AVALIAÇÃO NO PEI

A avaliação do PEI não contempla apenas o aspecto de avaliar o discente, mas também da autoavaliação do plano e de seu desenvolvimento.

A avaliação do discente segue o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), no seu artigo 24, inciso V, alínea “a” e, de acordo com o ROD, os resultados de desempenho do estudante deverão ser registrados no sistema

LDB 9394/96. Art. 24, Inc. V, alínea “a”
avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;

acadêmico, mas, pelo seu caráter maleável, o docente tem a liberdade de escolher quais os melhores métodos para se avaliar o discente.

É importante ressaltar que, parafraseado LUCKESI (2005), a avaliação são meios e não fins. A avaliação em si é traduzida como prática pedagógica e deve proporcionar ao discente demonstrar o seu desenvolvimento e sua aprendizagem e procurar auxiliá-lo a suplantar suas dificuldades. Ainda mais quando se trata de uma avaliação num plano que objetivo combater a retenção escolar esta visão tem que estar intrínseca à prática.

Não se proíbe a execuções das provas tradicionais, mas se encoraja a busca de novos métodos de avaliação que possam trazer uma visão qualitativa da aprendizagem, não apenas quantitativa, pois desta forma o docente pode apenas repetir uma fórmula ultrapassada e que pode ter sido causa auxiliar de retenção. E aqui retomamos a visão da importância do diagnóstico para determinar as melhores estratégias para se trabalhar com o discente.

O segundo e não menos importante aspecto da avaliação no PEI trata-se da autoavaliação, isto é ponderar sobre a efetividade e eficiência do PEI para alcançar os objetivos de aprendizagem propostos.

Se avalia vários aspectos desde a abordagem para exposição do conteúdo que foi utilizada até a interação do discente, exercícios e formas de avaliação. Pode-se usar perguntas norteadoras desta reflexão como A exposição do conteúdo foi clara? Quais materiais e técnicas foram utilizadas? Estes materiais se mostraram adequados e contribuíram para a aprendizagem? Qual o tempo médio utilizado nas reuniões para exposição do conteúdo? Esse tempo foi

suficiente? O discente conseguiu entender? O objetivo da aula foi alcançado? O aluno interagiu ou fez questionamentos? O estudante se mostra motivado? O exercício, projeto, trabalho ou avaliação foi adequado? O aluno demonstrou dificuldades em resolver/executar as atividades?

Esta autoavaliação deve ser contínua e ao fim de toda reunião de forma a promover as alterações pedagógicas e metodológicas necessárias com o fito de se alcançar os objetivos de aprendizagem do PEI. Inclusive o ROD determina a possibilidade de prorrogação do PEI e nestes casos, a autoavaliação será uma ferramenta preciosa para que sejam estabelecidas novas estratégias para se conseguir obter sucesso com o plano.

Avaliar não é um trabalho fácil, mas um ato contínuo que demanda tempo, atenção e dedicação. Sabemos as dificuldades relacionadas a alta carga laboral dos servidores docentes do IFCE que demandam atenções não apenas para o ensino técnico integrado, mas igualmente ao ensino superior e pós graduação, entretanto, apenas com esse olhar cuidadoso podemos afirmar que o PEI poderá ser construído e executado com sucesso.

7. MODELO DE FORMULÁRIO

Plano de Estudos Individual - Diagnóstico de Aprendizagem Inicial	
Aluno:	Matrícula
Curso:	Disciplina:
Professor:	
Quais as notas do aluno na disciplina no semestre que ficou retido? <i>(coloque cada nota e se possível especifique qual foi a origem dela e qual o conteúdo abordado na atividade que a originou)</i>	
Frequência: <i>(Coloque aqui a quantidade de faltas do aluno)</i>	
Comportamento: <i>(Descreva aqui o comportamento do aluno em sala, se era participativo, apático, se demonstrava interesse, se respondia todas as atividades, se saía demais da sala, seu relacionamento com os colegas durante a aula e outras informações pertinentes que possam ajudar a compreender o aluno e sua relação com a disciplina)</i>	
Outras informações: <i>(Escreva aqui outras informações pertinentes extra-classe se houver. Essas informações podem ser obtidas com a CTP)</i>	
Conteúdos que necessitam ser trabalhados:	
Cedro, CE, _____ de _____ de 20 ____	
_____ Docente da disciplina	_____ Coordenação de Curso
Plano de Estudos Individual – Programa de Conteúdos	

Aluno:		Matrícula:	
Disciplina:	Curso:		Quant. de Encontros:
CH total:	CH destinada a práticas:		CH de cada encontro:
Professor:			
1. Conteúdo programático			
2. Metodologia			
3. Formas de avaliação			
4. Cronograma			
Cedro/CE, _____ de _____ de 20____			
_____		_____	
Docente da disciplina		Coordenação de Curso	

Plano de Estudos Individual – Relato de Aula			
Aluno:		Matrícula:	
Disciplina:		Curso:	
Data da Aula: ____/____/____		Horário da aula: às	
Professor:			
1. Conteúdo Estudado			
2. Procedimentos adotados			
3. Observações sobre o progresso e/ou dificuldades do discente			
Cedro/CE, _____ de _____ de 20____			

Docente da disciplina			

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração de um PEI se demonstra um desafio e uma vereda inovadora para muitos docentes, bem como a sua execução. Observa-se que não é um ato de ator único, mas um desvelar de várias realidades que necessitam de um olhar profundo sobre as situações discentes, as nuances de sua vida estudantil, e de suas características interpessoais que inferem diretamente em seu processo de aprendizagem.

O PEI é uma prática curricular que não pode ser dissociada das demais práticas curriculares da escola. Seguindo a perspectiva da abordagem histórico-cultural, ele se manifesta como um resultado do processo de objetivação da cultura e do compartilhamento das ações individuais. Dessa forma, ele é definido como uma prática coletiva, histórica e cultural que é concebida levando em consideração o contexto do sujeito para quem e com quem se planeja. (MELLO, 2019)

O Sucesso de sua implementação está intrinsecamente ligada a observância de práticas que aqui são descritas, mas que não prendem o fazer pedagógico do docente a um caminho único, pelo contrário, permite que sejam traçados nortes que poderão guiar aluno e professor num caminho de aprendizagem com o objetivo de recuperar e alcançar as metas de aprendizagem que são traçadas. É importante frisar que todo conteúdo deste manual é fruto de uma pesquisa com participação massiva de vários atores do processo educacional e busca dar voz aos anseios destes promovendo um meio para orientar e auxiliá-los no caminho do êxito na aprendizagem.

Não se pretende exaurir todas as possibilidades com este manual, mas apresentar um caminho, uma fonte de conhecimentos e métodos que demonstram serem necessários para elaboração e execução do PEI. Ademais que este material possa gerar reflexões e fomentar o surgimento de novas formas e metodologias que auxiliem na realidade da progressão parcial de estudos.

9. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional. Brasília, 1996.

GALERY, Augusto Dutra e ALONSO, Daniela. Caso Escola Alexandre Bacchi. As contribuições do paradigma da educação inclusiva nas práticas de sala de aula. Guaporé, Rio Grande do Sul, Brasil. Acervo de casos do projeto “Diversa”. Rev.: Mar/2012. Disponível em: http://www.diversa.org.br/uploads/arquivos/caso_alexandre_bacchi_vf.pdf. Acesso em 14 de julho de 2023, v. 20.

HADDAD, Sérgio. Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998. Brasília: Ministério da

Educação e Cultura, 2002.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem: visão geral. In: Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Camargo, por ocasião da Conferência: Avaliação da Aprendizagem na Escola, Colégio Uirapuru, Sorocaba, SP. 2005.

MACHADO, Karina. Os instrumentos de registro do trabalho pedagógico e a avaliação da aprendizagem: o papel do coordenador pedagógico. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2021.

PEREIRA, Débora Maria. Análise dos Efeitos de um plano Educacional Individualizado no Desenvolvimento Acadêmico e Funcional de um aluno com Transtorno do Espectro do Autismo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.

ROD. Regulamento da Organização Didática. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - Fortaleza, 2015.

SOUZA, Patrícia de Sá dias. A reprovação e seus fatores no primeiro ano dos cursos técnicos integrados do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – Campus Juiz de Fora. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2016.

TANNÚS-VALADÃO, Gabriela e MENDES, Enicéia Gonçalves. Inclusão escolar e o planejamento educacional individualizado: estudo comparativo sobre práticas de planejamento em diferentes países. Revista Brasileira de Educação [online]. 2018, v. 23 [Acessado 13 Julho 2021] , e230076. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782018230076>>.

VIANNA, Márcia Marin; SILVA, Suzanli Etef; SIQUEIRA; Carla Fernanda de Oliveira. Plano Educacional Individualizado- que ferramenta é esta? In: VII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina de 08 a 10 de novembro de 2011, p. 2824-2835.

ANEXO

FORMULÁRIO ANTIGO PARA APLICAÇÃO DO PEI



PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL

IFCE - <i>Campus Cedro</i>	
Curso:	Turno:
Disciplina:	Carga Horária:
Professor:	Quantidade de Encontros:
Aluno(a):	
1. Conteúdo programático:	
2. Metodologias:	
3. Formas de avaliação:	
4. Cronograma:	
Cedro/CE, _____ de _____ de 2016.	
_____ Docente da disciplina	_____ Coordenação de Curso



PLANO DE ESTUDO INDIVIDUAL

IFCE - <i>Campus Cedro</i>	
Curso:	Turno:
Disciplina:	Carga Horária:
Professor:	
Aluno(a):	
1. Conteúdo programático estudado/Procedimentos.	
2. Encontro realizado no ____/____/____. Horário: _____ às _____ h.	
_____	_____
Assinatura Aluno	Assinatura Professor